

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

VINICIUS FAUSTINO FERREIRA DA SILVA

**MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA:
RESISTÊNCIA PERIFÉRICA E ORGANIZAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO DA
DITADURA NA DÉCADA DE 1970 EM SÃO PAULO**

**GUARULHOS
2018**

VINICIUS FAUSTINO FERREIRA DA SILVA

**MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA:
RESISTÊNCIA PERIFÉRICA E ORGANIZAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO DA
DITADURA NA DÉCADA DE 1970 EM SÃO PAULO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel/Licenciado em História
Universidade Federal de São Paulo
Área de concentração: História do Brasil
Orientação: Edilene Teresinha Toledo

**GUARULHOS
2018**

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

Silva, Vinicius Faustino Ferreira da.

Movimento do Custo de Vida: resistência periférica e organização popular no contexto da Ditadura na década de 1970 em São Paulo / Vinicius Faustino Ferreira da Silva. – Guarulhos, 2018.

97 f.

Trabalho de conclusão de curso (graduação em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas, 2018.

Orientador: Edilene Teresinha Toledo

Título em inglês: "Movimento do Custo de Vida": suburban resistance and popular organization in times of dictatorship in the 1970s in São Paulo

1. Movimento do Custo de Vida. 2. Movimentos Sociais urbanos. 3. Ditadura civil-militar. 4. Carestia. I. Toledo, Edilene Teresinha. II. Trabalho de conclusão de curso (graduação em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas. III. Movimento do Custo de Vida: resistência periférica e organização popular no contexto da Ditadura na década de 1970 em São Paulo

VINICIUS FAUSTINO FERREIRA DA SILVA

MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA:

**Resistência periférica e organização popular no contexto da Ditadura na década de 1970
em São Paulo**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel/Licenciado em História
Universidade Federal de São Paulo
Área de concentração: História do Brasil

Aprovação: ____/____/____

Prof. Dra. Edilene Teresinha Toledo
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Janes Jorge
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Clifford Andrew Welch
Universidade Federal de São Paulo

Dedico este trabalho a todos que tombaram na
luta contra a violência do Estado e por uma
sociedade sem classes. Até a vitória final!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente colaboraram com a elaboração dessa monografia. Em especial:

À minha família que sem o apoio deles nada disso teria sido possível. Fundamentalmente, aos meus pais que, mesmo sem concluírem o ensino básico, sempre me incentivaram nos estudos. Meu eterno agradecimento.

À Luma por todo companheirismo e carinho, além das inúmeras dicas e revisões que foram essenciais para a conclusão desta monografia.

Aos meus amigos que fizeram parte dessa decisiva etapa da minha vida e que fizeram esse período ser mais ameno. Todos vocês foram substanciais nessa jornada.

Aos trabalhadores e professores da Universidade Federal de São Paulo que me auxiliaram nesse árduo período de graduação, diante de tantas adversidades e políticas de precarização do ensino superior público. Primordialmente, aos professores do Departamento de História da EFLCH que tanto me ensinaram.

Agradeço a minha orientadora Edilene Toledo, pelas orientações, sugestões, paciência e carinho durante todos esses anos de pesquisa. Uma professora e pessoa extradiornária, que tem a minha admiração profunda.

Aproveito para agradecer o financiamento da minha pesquisa de iniciação científica pelo programa PIBIC/CNPq, durante um ano, que deu origem ao tema da minha monografia.

“Os historiadores não fazem nem guiam a história. Sua participação geralmente é tão pequena que chega a ser quase nula. Mas, se não aprendessem nada com a história, suas atividades não passariam de um floreio cultural ou de um passatempo agradável, e seriam igualmente inócuas nesses tempos conturbados.”

Eric Williams (1911-1981)

RESUMO

A presente monografia tem por objeto de estudo o Movimento do Custo de Vida (MCV) e a sua atuação na cidade de São Paulo durante a década de 1970, sob o contexto da Ditadura Civil-Militar no Brasil. O objetivo central desta pesquisa foi analisar a constituição e organização do movimento, assim como as tensões que permearam suas ações. A hipótese elaborada para a realização do projeto é a de que tal organização possuiu notável importância na constituição de resistência e oposição da sociedade civil ao regime civil-militar instaurado em 1964 no país. Mais especificamente, essa análise se dará por meio da leitura e reflexão sobre a documentação produzida pelo movimento e pelos órgãos de repressão do regime ditatorial, além de entrevistas com pessoas que atuaram durante o período que o MCV existiu.

Palavras-chave: Movimentos Sociais urbanos; Movimento do Custo de Vida; Ditadura civil-militar.

ABSTRACT

This work intends to research and analyze the history of the “Movimento do Custo de Vida” (MCV), as well as the tensions that permeated its constitution and organization during the 1970s, in the context of the Military dictatorship in Brazil. More specifically, this analysis will be realized using documentation produced by the movement and the regime of enforcement agencies, as well as interviews with activists from the period that the MCV existed.

Keywords: Urban Social Movements; Movimento do Custo de Vida; Military dictatorship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cartaz do MCV convidando para o lançamento do grande abaixo-assinado no Colégio Arquidiocesano, 1978	31
Figura 2 – Mapa da grande São Paulo com as atividades realizadas pelo MCV no ano de 1978	32
Figura 3 – Matéria com o mote “Custo de Vida vs. Salário” – Quadrinhos com discussão econômica para distribuição entre a população dos bairros mobilizados pelo MCV	41
Figura 4 – Panfleto do MCV sobre a falsificação de dados pelo ministro da fazenda Delfim Netto, descoberto por meio de estudos do DIEESE em 1977	41
Figura 5 – Panfleto do MCV sobre o 1º de maio de 1978.....	56
Figura 6 – II Carta sobre o Custo de Vida - Ano Internacional da Mulher, 1975	64
Figura 7 – Fotos policiais das coletas públicas de assinaturas do MCV, 1978	71
Figura 8 – Dossiê DEOPS sobre “Movimento Contra a Carestia”, documento de 1977 ...	72
Figura 9 – Ato do Movimento do Custo de Vida, 27 de ago. de 1978. Créditos da Foto: Nair Benedicto	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. A CRISE DAS PANEAS VAZIAS: ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA NA CIDADE DE SÃO PAULO.....	18
CAPÍTULO 2. A FOME ENTRA SEM BATER NA PORTA: A ALTA DO CUSTO DE VIDA E O MILAGRE ECONÔMICO NO BRASIL	33
CAPÍTULO 3. A HISTÓRIA SE FAZ NO DIA-A-DIA: O MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA E SUAS RELAÇÕES COM AS DEMAIS ORGANIZAÇÕES ..	42
CAPÍTULO 4. AS MULHERES EM AÇÃO: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA	57
CAPÍTULO 5. O POVO NÃO É CULPADO: A REPRESSÃO DO ESTADO E O MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	76
6. ANEXOS	80
6.1 EXEMPLOS DE DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA	80
6.2 TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA	89

INTRODUÇÃO

“Movimento do Custo de Vida? Para mim é as mulheres, as donas-de-casa, todos os homens, todo o pessoal reunido prá conseguir melhorar a vida, melhorar o salário, cair o custo de vida.”

(Maria Conceição, dona-de-casa, moradora de bairro operário da zona Sul de São Paulo).¹

Nesta dissertação apresentamos o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso (TCC) denominado de *Movimento do Custo de Vida: resistência periférica e organização popular no contexto da Ditadura na década de 1970 em São Paulo*, requisito parcial para obtenção do título de Bacharel/Licenciado em História.

A escolha pelo referido tema desta pesquisa de monografia vem de um grande interesse em estudar o período da Ditadura Civil-Militar² no Brasil, um dos motivos pelos quais escolhi cursar a graduação em História. Durante minha trajetória acadêmica, pude desenvolver atividades relacionadas ao tema, bem como os trabalhos realizados na Comissão da Verdade Marcos Lindenberg – UNIFESP e no Festival Cinema pela Verdade, dentre os quais tive bastante contato com pesquisas e problemáticas historiográficas contemporâneas que me auxiliaram na escolha da temática deste trabalho final.

Entretanto, ao me aprofundar nos estudos tocantes ao assunto, deparei-me com uma grande produção historiográfica que abordava a resistência contra o regime ditatorial no Brasil, evidenciando os setores da luta armada e estudantil, e outros trabalhos que abordavam as atividades políticas de setores sindicais de forma ímpar. Nesse sentido, houve um incômodo enquanto estudante e pesquisador sobre o fato de haver poucos trabalhos historiográficos que dissertassem sobre a ação política e de oposição às medidas do regime militar, composta pela população das periferias recém-formadas na cidade de São Paulo na época. Sendo assim,

¹ Cf. Jornal “Movimento”. Edição semanal – nº141 – 13 de março de 1978. p.3. Acervo digital Núcleo de Pesquisa em Ciência da Computação. Disponível em: <<http://eusoufamecos.uni5.net/nupecc/conteudo/acervodigital/movimento>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

² O conceito de Ditadura Civil-Militar ou Ditadura Militar é um assunto discutido de forma recorrente na historiografia brasileira sobre o período. Em nosso trabalho, optamos pelo termo que alcunha “Civil-Militar” por acreditarmos na contribuição fundamental de setores da sociedade civil na instauração do regime ditatorial, a exemplo da participação relevante de setores do empresariado nacional em aliança com os militares. Chegamos a essa conclusão por meio de autores que elaboraram produções que se tornaram referências no assunto, tais como Daniel Arão Reis (2014) e Marcos Napolitano (2014)

busquei encontrar movimentações desses grupos sociais durante o período do regime militar, foi quando me deparei com a narrativa do Movimento do Custo de Vida (MCV) e resolvi estudá-la. Ademais, em um primeiro momento houve a oportunidade de dar início à pesquisa por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) no ano de 2016/17 que me ajudou a encontrar as bases materiais e metodológicas para dar prosseguimento à atual pesquisa de conclusão de curso.

Com o desenvolvimento da monografia, pude trazer à tona fatos ocorridos no período da Ditadura Civil-Militar, durante a década de 1970, que demonstram a organização e o enfrentamento da população periférica às medidas econômicas e políticas do governo civil-militar; neste mesmo contexto, o silenciamento dessas vozes também pode ser considerado como uma forma de discurso ideológico, de uma história sempre em disputa, por isso, faz-se cada vez mais necessário lançar luz aos diversos sujeitos históricos, bem como em relação as suas ações que construíram um cenário de lutas sociais em nosso país. Portanto, essa pesquisa se encontra em um amplo espectro de produções historiográficas que buscam se valer das ideias de *Verdade, Memória e Justiça*, tão em voga depois do árduo trabalho realizado pelas Comissões da Verdade espalhadas por todo o Brasil, militantes de direitos humanos e pela ação dos familiares de mortos e desaparecidos políticos.

“As mães da Periferia de São Paulo, que mais sentem a realidade da vida, vêm pedir aos senhores que tomem providência para baixar o custo de vida, porque o Brasil é uma terra tão rica e as mães choram na hora de por a panela no fogo prá fazer a comida pros filhos.”.³ É assim que, em 1973, o Clube de Mães do Jardim Nakamura, extremo sul de São Paulo, inicia o documento que daria origem à articulação do Movimento do Custo de Vida, também conhecido como Movimento Contra a Carestia. O surgimento dessa organização se deu em meio ao processo de vigência do regime civil-militar instaurado no Brasil em 1964, quando forças militares e civis se organizaram para se opor ao mandato do presidente João Goulart e aos projetos econômicos e sociais, particularmente às chamadas reformas de base, que estavam se configurando a partir das pressões de organizações sociais, sindicais e partidárias no governo de Jango, que se deu por meio da elaboração do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico,

³ I Carta das Mães da Periferia, em 23 de outubro de 1973 – São Paulo. Centro de Pesquisa Vergueiro (Doc. 002_2, Fundo ECO_PRE, CPV). Apud MONTEIRO, Thiago Nunes. “Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2015.

sob gestão do Ministro do Planejamento Celso Furtado, que visava combater a inflação para desenvolver grandes índices econômicos, e ainda

(...) propunha um programa para a implementação das reformas de base, tidas como necessárias para o desenvolvimento econômico do país. As reformas sugeridas eram de dois tipos: as voltadas para racionalizar a ação do governo (administrativa e bancária) e aquelas que visavam eliminar os entraves institucionais à utilização ótima dos fatores de produção (especialmente as reformas fiscal e agrária).⁴

O golpe civil-militar iniciado em 01 de abril de 1964 visava pôr fim a estas tentativas de desenvolvimento social que vinham se desenhando para a sociedade brasileira. Tal assunto foi amplamente pesquisado e difundido por meio de diversas publicações e exposições na historiografia brasileira⁵.

As organizações de esquerda que existiam já no período pré-golpe, e as que surgiram depois de 1964, marcaram um grande fenômeno de resistência na história do país, bem como partidos políticos, movimentos sociais do campo e da cidade, estudantis, sindicais, entre outros, foram alguns dos personagens que fizeram frente a um período sombrio para os que lutavam por justiça social.

Um percurso que grande parte das organizações de esquerda na época realizaram se refere à decisão pela luta armada como forma de resistência ao regime militar. Isso se deu por vários motivos, os principais foram pelas perspectivas nacionais de esgotamento das vias democráticas para superar a Ditadura instaurada no Brasil em 1964; e outro fator importante estava ligado ao contexto internacional, que é o caso específico da Revolução Cubana que teve na luta armada sua estratégia principal de tomada do poder. Essa influência fez parte das práticas e ações políticas de grupos que levantavam a bandeira socialista e antiburocrática⁶.

Essas organizações armadas marcaram um episódio importante de resistência ao regime e tiveram um notável papel ao expor as contradições e métodos repressivos dos governos

⁴ Cf. Marieta de Moraes FERREIRA. João Belchior Marques Goulart. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁵ Cf. referências bibliográficas: Carlos Fico (2004); Daniel Arão Reis (2006); Daniel Arão Reis (2014) e Marcos Napolitano (2014)

⁶ SALES, Jean Rodrigues. A Luta Armada Contra a Ditadura Militar. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

militares durante o período ditatorial. A derrota da luta armada ocorreu, principalmente, por intermédio da violência sistemática do Estado, dentre os quais estão os episódios de prisões e torturas constantes, além do sequestro e morte de centenas de pessoas que possuíam, de alguma forma, ligação com essas organizações armadas. As medidas repressivas desmembraram a maioria dos aparelhos políticos que protagonizaram um episódio importante de resistência contra o regime.

Não faltaram cenas de conflitos entre o regime e a oposição, os 21 anos de ditadura foram marcados por uma forte política centralizadora e autoritária desde o início do regime, mas em 1968 viveu-se um momento de legalidade e sistematização da repressão, com a promulgação do Ato Institucional nº 5, que

(...) autorizou o presidente da República, independente de qualquer apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, a intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, a cassar mandatos eletivos e a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, a decretar o confisco de ‘bens de todos quantos tenham enriquecido ilicitamente’ e a suspender a garantia de habeas-corpus.⁷

Neste sentido, tal fato marcou uma ruptura na dinâmica de mobilização popular em todas as camadas sociais que formavam um grande bloco de oposição à Ditadura no Brasil.⁸

Os movimentos sociais urbanos

Os movimentos sociais urbanos tiveram um papel importante ao expor as contradições políticas e econômicas do regime para a sociedade civil, pois uma das principais características desses governos militares era a tentativa de passar uma imagem de que tudo corria bem para a maior parte da população brasileira. Assim, quando os movimentos exploraram uma série de contradições em suas pautas reivindicatórias, como é o caso do *Movimento do Custo de Vida*, demonstraram uma grande insatisfação das bases sociais brasileiras em plena Ditadura, que surgem, segundo Vigevani:

⁷ Cf. Vera CALICCHIO. Atos institucionais. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁸ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

(...) como uma forma possível de resistência ao regime militar, um *locus* onde grupos e segmentos, assim como militantes e apoios externos, podiam agir. A ampliação da vida democrática, acompanhada por um fenômeno de crescente desinteresse pela política, pode ter favorecido o vigor apresentado por formas de associativismo e comunitarismo.⁹

A formação dos novos movimentos sociais urbanos nas décadas de 1970 e 1980 foi um tema bastante explorado pela área da Sociologia, sobretudo, trabalhos que examinaram o surgimento de um novo sujeito social e histórico na política brasileira. Autores como Eder Sader, Vera Silva Telles, Paul Singer, entre outros, refletiram sobre “a proliferação de organizações e de forças sociais de base (...) debruçando-se mais sobre os problemas que afligem o cotidiano de seus participantes, e menos preocupadas em interagir com o Estado”.¹⁰ Por meio desses estudos, podemos definir, de forma sintética, os movimentos sociais urbanos que surgiram na década de 1970 e 1980, como “articulações da sociedade civil voltadas para temáticas vinculadas não ao universo do trabalho, mas às demais e diversas dimensões da vida da população urbana.”¹¹

Uma das principais características desses novos movimentos sociais era sua atuação nos grandes centros urbanos. No caso da capital paulista, foi motivada pela grande quantidade de migrantes, demanda por um maior número de mão de obra e a intensificação do processo de urbanização, haja vista que as periferias da cidade de São Paulo cresceram de forma exponencial nas décadas de 1950 e 1960.

Destarte, elegemos como principal objetivo de pesquisa a compreensão da constituição e do papel que o movimento social urbano, denominado como Movimento do Custo de Vida, possuiu durante a década de 1970, diante de uma conjuntura política avessa às organizações populares, tal qual foi a Ditadura Civil-Militar iniciada em 1964. A partir deste objetivo geral, elencamos objetivos específicos que buscamos desenvolver ao longo da dissertação da

⁹ VIGEVANI, 1989. Apud OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. Movimentos Sociais Urbanos: Um Breve Histórico. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, nº6, 1999. p.9.

¹⁰ SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (Org.). Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina. 1ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.7.

¹¹ PERRUSO, Marco Antonio. A temática dos movimentos sociais urbanos no Brasil dos anos 1970/80. Revista Mundos do Trabalho, vol. 4, n. 7, janeiro-junho de 2012. p.33.

monografia, tais como a reflexão sobre a relação do movimento com outras organizações de esquerda e progressistas, assim como as tensões e contribuições que permearam essas relações.

Pretendeu-se também analisar os enfrentamentos e as contradições do movimento em relação às políticas econômicas do regime militar, sobretudo, por se tratar de um período que se caracterizara pelo grande desenvolvimento econômico, denominado como o “milagre econômico”, datado no final da década de 1960 e início da década de 70. Ademais, buscamos entender o papel que as mulheres tiveram na construção do Movimento do Custo de Vida e deste modo também foi possível refletir sobre os limites, as imposições e as possibilidades das experiências das mulheres e sobre a questão de gênero no referido contexto histórico.

Por fim, examinamos as relações estabelecidas entre o movimento e o Estado, referentes aos órgãos de repressão política do período. Buscamos cumprir estes objetivos por meio de reflexões fundadas de acordo com referências bibliográficas, pesquisa e seleção das fontes documentais em arquivos e entrevistas com pessoas que estavam diretamente ligadas ao grupo.

No tocante aos materiais e métodos, nossa pesquisa e coleta em arquivos históricos se resumiram a três instituições distintas que preservaram conjuntos documentais acerca da temática estudada: o primeiro fundo documental utilizado na pesquisa foram os documentos localizados no *Centro de Documentação e Memória da UNESP* (CEDEM), mais especificamente as coleções do *Movimento Custo de Vida* e do *Clube de Mães e as Comunidades de Bases*. A partir desse conjunto de documentos, localizei diversos materiais impressos produzidos pelo movimento durante seu período de atividade, os quais me auxiliaram a compor a narrativa aqui apresentada.

O segundo conjunto documental empregado nos estudos é de posse do Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), notadamente no fundo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops-SP) onde encontramos diversos documentos, que o aparato repressivo do regime civil-militar desenvolveu para monitorar e perseguir as atividades de pessoas e organizações consideradas suspeitas pelo crime de “subversão” à ordem ditatorial. A documentação em torno do *Movimento Custo de Vida* é extensa no acervo do órgão, e pudemos entender como funcionou parte das estruturas repressivas contra a atuação do movimento, auxiliando-nos no desenvolvimento da pesquisa sobre o *MCV*.

Além disso, neste conjunto também foram encontrados materiais do próprio movimento que foram apreendidos na época. É importante destacar que este era o único órgão que salvaguardou tais documentos. Ao trabalhar com esse tipo de documentação é necessário tomar diversos cuidados, como aponta Murilo Leal “(...) trata-se do olhar da polícia. Cabe observar,

porém, que, mesmo se tratando do ponto de vista de um policial, o ângulo de sua visão lança luz sobre detalhes não captados por outros registros.”¹².

Ao final, o terceiro conjunto de documentos que utilizei durante o desenvolvimento da pesquisa diz respeito ao acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV). Infelizmente, a coleta de documentação no CPV não se realizou de forma integral, pois o arquivo físico do centro de pesquisa está em processo de mudança para gerenciamento da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob os cuidados do Arquivo Edgard Leuenroth, impossibilitando a visita física à instituição. Todavia, foi possível realizar uma consulta e coleta de documentos no acervo online disponível no site do CPV¹³, no qual localizamos diversos periódicos digitalizados produzidos pelo MCV durante a década de 1970 e disponibilizados no arquivo virtual. Deste modo, também utilizamo-nos desta documentação ao decorrer dos nossos estudos.

Outrossim, nos utilizamos da História Oral para compor nossa pesquisa, pois acreditamos que as fontes orais possuem características específicas que complementam os estudos com as fontes escritas. Realizamos uma entrevista com a freira Cecília Hansen, que foi militante do MCV na década de 1970. Nesta ocasião, conseguimos refletir sobre a sua participação dentro da organização e encontramos novas evidências sobre a constituição do movimento. Além disso, também utilizamos da entrevista com Ana Maria do Carmo Silva (mais conhecida como Ana Dias), por meio do Programa de Coleta Regular de Testemunhos que compõem o arquivo do Memorial da Resistência de São Paulo, que tem como objetivo básico o de “ampliar o conhecimento sobre a história do Departamento Estadual de Ordem Política e Social - Deops/SP a partir do registro de testemunhos de ex-presos e perseguidos políticos e de familiares de mortos e desaparecidos (...).”¹⁴

Para o uso da metodologia de História Oral, tivemos como principal exemplo os trabalhos do historiador italiano Alessandro Portelli, com inúmeros artigos demonstrando tanto a parte teórica, quanto a parte prática do método. No artigo “O que faz a História Oral

¹² NETO, Murilo Leal. A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”: um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. São Paulo: Dissertação (Doutorado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2006. p. 23.

¹³ “Desde janeiro de 2012, o CPV esteve empenhado em preparar e organizar 70 mil páginas de documentos de seu acervo para serem digitalizados e microfilmados pela Associação de Amigos do Arquivo, com a colaboração do Arquivo Público do Estado de São Paulo.” Disponível em <<http://www.cpvsp.org.br/periodicos.php>>. Acesso em 15 de ago. de 2018.

¹⁴. Cf. Memorial da Resistência de São Paulo. Coleta Regular de Testemunhos. <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?mn=55&c=135&s=0>. Acesso em 15 de ago. de 2018..

diferente”, Portelli deixa clara sua pretensão sobre o uso da história oral, da qual compartilhamos durante o desenvolvimento desta pesquisa, evidenciando que

Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas (...) Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.¹⁵

Nesse sentido, faz-se importante notar a responsabilidade ética da presente pesquisa com esses relatos orais e o processo de devolução dos resultados, não só ao entrevistado, como a toda comunidade envolvida, na tentativa de romper com a indiferença em relação a essas histórias. Como afirma Marta Rovai, “As histórias selecionadas pelos entrevistados são a defesa do lembrar ativo que leva em conta a fidelidade às vítimas de qualquer tipo de violência (...). É denúncia de experiências múltiplas, suas e de outros, que fazem parte de uma história que não deve ser esquecida.”¹⁶.

¹⁵ PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. Projeto História, São Paulo, 14, Fev/1997. Tradução: Maria Thereza Janine Ribeiro. p.31.

¹⁶ ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. História Oral, v. 16, n. 2, jul./dez. 2013. p.145

CAPÍTULO 1. A CRISE DAS PANEIAS VAZIAS: ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA NA CIDADE DE SÃO PAULO

*“Temos pressa senhor governador / senhor presidente da nação
Que atende nossos pedidos / e acha uma solução
Porque do jeito que está / é difícil ganhar o pão
Estamos todos doentes e fracos / é prejuízo pra nação.”*
(Trabalhador anônimo)¹⁷

Viver nas periferias da cidade de São Paulo, na década de 1970, não era uma experiência nada fácil, pois diversos serviços básicos não eram oferecidos e, quando existiam, apresentavam-se em péssimas condições. Sendo assim, é possível evidenciar as situações degradantes com as quais famílias mais pobres, que irão compor o MCV, compartilhavam entre si nestas regiões às margens do centro da cidade. Como pontua Monteiro,

(...) a periferia apresentava, neste momento, certa homogeneidade no que se refere às possibilidades de acesso aos serviços públicos essenciais como saneamento, transporte, habitação, saúde, educação, entre outros, que interferiam na configuração de determinadas ‘experiências de classe’ que não se restringiam ao local de trabalho e eram vivenciadas cotidianamente.¹⁸

Diante desse contexto, a atuação do Movimento do Custo de Vida teve início durante o ano de 1973, no bairro Jardim Nakamura, a partir da articulação de um grupo de mulheres ligadas à Igreja Católica e aos Clubes de Mães. O grupo vinha se estruturando por intermédio de reuniões no bairro em que se discutia questões ligadas ao cotidiano econômico das famílias locais e os problemas enfrentados com a alta do custo de vida. Dessa forma, por meio da elaboração de uma carta em conjunto com uma pesquisa do aumento da carestia, evidenciava-se esse problema e era fomentada uma ampliação de mobilização, além da difusão da pauta para outros bairros da região. Deste modo, declara Cecília Hansen,

¹⁷ Poesia *Temos Pressa*. Apud Boletim do Movimento do Custo de Vida – Estado de Goiás. Goiás: Ano I, 1978. Acervo Centro Pastoral Vergueiro. p.5.

¹⁸ MONTEIRO. Thiago Nunes. “Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2015. p. 53.

(...) o movimento começou, a partir do Clube do Nakamaura, levantamos o problema da alta do custo de vida. (...) Aí que começou o Movimento do Custo de Vida. Depois fizemos uma carta, aí discutimos nos grupos, e quando todos concordaram, começamos a trabalhar em cima da divulgação dessa carta, ela foi publicada nos jornais, fecharam a Rádio Nove de Julho depois que D. Paulo Arns tinha lido essa carta.¹⁹

Como visto, as atividades do movimento eram impulsionadas pela realidade precária das periferias em formação na cidade de São Paulo na época, locais em que seus moradores precisavam se desdobrar para garantir a sobrevivência de suas famílias.²⁰ Essa experiência de vida compartilhada na periferia uniu esses moradores que juntos construíram uma análise crítica da realidade em que viviam, percebendo-a como uma injustiça e dando impulso para as lutas sociais. Como reflete Paul Singer sobre a realidade dos bairros periféricos inseridos no sistema capitalista,

Na cidade capitalista, a desigualdade na repartição da renda se reflete em diferenças de consumo não só individual, mas também coletivo. A escassez relativa dos serviços urbanos básicos é inteiramente sofrida pelos que têm pouco dinheiro para dispendar com a moradia, porque o que ganham tem que ser gasto com alimentação, vestuário e condução. (...) Daí os movimentos de bairro, que surgem como resultado da aglutinação dos moradores das áreas pobres da cidade para fins de ajuda mútua e passam, em certas circunstâncias, a mobilizar

¹⁹ Cecília Hansen. Depoimento a Vinicius Faustino em 17 de maio de 2017.

²⁰ Nesse sentido, podemos relacionar a trajetória de formação do Movimento do Custo de Vida com a discussão elaborada por Edward P. Thompson sobre o conceito de “economia moral”, cunhado para o estudo em relação aos motins realizados pelas multidões inglesas no século XVIII. Assim, o historiador refutava a visão historiográfica que negava o papel dos trabalhadores protagonistas destas revoltas como agentes históricos de fato, ao atribuir fatores estritamente econômicos como motivadores das mesmas. De acordo com Schenato: “ao visualizar os trabalhadores pobres enquanto agentes históricos, Thompson demonstra que não eram sujeitos que reagiam passivamente aos estímulos econômicos, mas pessoas que interviam ativamente com respaldo nos costumes, na cultura e na razão.”. (SCHENATO, 2010, p.2). A partir desse conceito, há possibilidade de buscar aproximações com demonstrações de revoltas sociais em diferentes épocas, tal como é o caso da constituição do MCV e a resistência periférica diante de um cenário de carestia, que resultou em um processo de formação política das mulheres que compunham a organização com um raciocínio sobre o direito à sobrevivência, abordando às ideias de justiça e de injustiça que ficam evidentes por meio da análise das fontes documentais apresentadas.

a população para reivindicar maior participação no usufruto do que se pode denominar de ‘bens coletivos’ da comunidade urbana.²¹

Grande parte das atividades do Movimento Custo de Vida foi permeada por pesquisas e abaixo-assinados sobre a situação das famílias residentes nos bairros periféricos de São Paulo. Essas enquetes eram realizadas de modo que os membros do Movimento pudessem ter cada vez mais informação e repertório sobre o assunto e a pauta reivindicatória. Além disso, o trabalho contínuo de formação nos bairros fazia parte do cotidiano da organização. Essas etapas expandiam as redes de contato do movimento com sua base, além da adesão popular às reivindicações.

Essa base constituía-se, principalmente, das associações de bairros, moradores de loteamentos clandestinos, grupos de jovens das Igrejas, Comunidades Eclesiais de Base, Clubes de Mulheres, entre outros grupos de organização popular e periférica²². Os objetivos desses trabalhos podem ser compreendidos a partir do trecho da entrevista com Cecília Hansen, na qual ela aponta que,

Todos os trabalhos que nós tínhamos possuíam o mesmo objetivo, nós queríamos outro mundo, onde todos tivessem participação, onde todos fossem felizes, onde as pessoas tivessem vez e voz, que fossem protagonistas da sua história. Era assim em tudo, seja na catequese, seja no movimento do custo de vida (...).²³

Durante o ano de 1974, houve um período de arrefecimento dentro do movimento, causado pela forte repressão do Estado, que não atingiu diretamente o MCV, mas muitos grupos próximos geograficamente e ideologicamente, como nos revela Ana Dias “(...) depois 74, 75. (...) teve uma repressão muito grande que prendeu muita gente. Aí nós teve que [entrevistada demonstra que o movimento teve que se calar].”²⁴

²¹ SINGER, Paul. Movimentos de Bairro. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira. (Orgs.). São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1982. p. 85.

²² AZEVEDO, Jô; DIAS, Luciana.; BENEDICTO, Nair. Santo Dias: quando o passado se transforma em história. São Paulo: Cortez, 2004.

²³ Cecília Hansen. Depoimento a Vinicius Faustino em 17 de maio de 2017.

²⁴ SILVA, Ana Maria do Carmo. Entrevista sobre a Catedral e a Praça da Sé no contexto da ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Karina Alves e Ana Paula Brito em 30/09/2014. p.5-6.

De acordo com o trabalho de Sader, a organização do MCV na zona sul de São Paulo também foi atingida pela ação da polícia política na época, “A repressão visava (...) ativistas fabris, de um lado; e militantes de organizações de esquerda, de outro. Mas, dadas as ligações entre os setores atingidos e as outras formas de organização popular, estas também se viam afetadas.”²⁵. Um dos presos no ano de 1974 foi o metalúrgico Aurélio Peres²⁶, que era bastante próximo do movimento e ajudou na divulgação da carta de fundação do movimento no ano anterior. Isso fez com que em seu dossiê policial estivesse presente esta ligação com as mães da periferia, o que causou um grande “terror” nessa região, como descreve Azevedo sobre esse momento, “(...) não só os operários foram perseguidos. Os agentes policiais passaram a procurar as autoras na periferia. Era um clima de terror, mas a solidariedade dos grupos nas comunidades era bem mais forte (...)”²⁷

Após esse período conturbado que atingiu duramente as organizações de bairro da zona sul, o MCV retomou suas atividades com novo ânimo. Assim, durante o segundo semestre do ano de 1975, por meio de uma nova pesquisa sobre o custo de vida, porém dessa vez de forma mais sistemática e organizada, e com maior participação de grupos dos bairros em que a organização estava inserida após as suas primeiras ações em 1973. A pesquisa realizada por essas mulheres, participantes do Movimento do Custo de Vida, foi bastante intensa, marcando a passagem das referidas militantes dos espaços fechados e pequenos – em que se realizavam as reuniões - para as ruas e os espaços públicos de debates, com pessoas até então desconhecidas, chegando a percorrer

(...) cerca de 2 mil casas de vários bairros da periferia, explicando suas preocupações com o custo de vida e a necessidade de fazer ver às autoridades qual era a situação dos lares operários. Levavam um questionário, onde se perguntava quantas pessoas moravam na casa, quantas trabalhavam, quanto dinheiro entrava por mês e quanto a família gastava em alimentação.²⁸

²⁵ SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.213.

²⁶ Aurélio Peres foi membro da Pastoral Operária (PO), entidade que era ligada às comunidades eclesiais de base da Igreja Católica e ao MCV, e, posteriormente a sua prisão, viria a se tornar coordenador do Movimento do Custo de Vida de 1974 até 1978, além de ser eleito deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que era de oposição ao regime militar, em 1979. Cf. Marcelo COSTA. Aurélio Peres. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

²⁷ AZEVEDO, Jô; DIAS, Luciana.; BENEDICTO, Nair. Santo Dias: quando o passado se transforma em história. São Paulo: Cortez, 2004. p. 163.

²⁸ SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.213.

A repercussão desse esforço da organização em ampliar as suas discussões gerou novos protestos, mais bairros mobilizados em torno da temática e reivindicações endereçadas ao governo. Concluiu-se com a pesquisa que:

(...) o salário mínimo não chegava a dois terços dos gastos com comida, gás e sabão. E que a renda de uma família de 5 pessoas, com dois adultos trabalhando e um filho mais velho fazendo bicos em supermercado (perfil médio das famílias entrevistadas), atingia cerca de três salários mínimos, não sendo suficiente para o aluguel, as roupas, os remédios.²⁹

Haja vista as condições, o ano de 1976 foi de intensas mobilizações do Movimento Custo de Vida: “Somos mães de família em desespero, e mais do que ninguém sentimos os preços dos alimentos, remédios, escola, roupa, sapatos, condução e aluguel. Estamos cansadas dessa exploração.”³⁰ É desta forma que tem início a segunda carta formulada pelas mães da periferia, integrantes do MCV, cujas cópias foram divulgadas e amplamente debatidas, em assembleia realizada no Colégio Santa Maria, localizado na região de Interlagos – Zona Sul de São Paulo, dando início a essa jornada de luta do movimento e que teve a participação de “(...) além de milhares das signatárias da carta, bom número de moradores dos bairros periféricos daquela, deputados e representantes de entidades estudantis e jornalistas. O número de presentes foi calculado entre 4 e 5 mil pessoas.”³¹. Segundo Odete Marques, participante do movimento, em entrevista concedida ao historiador Carlos Alberto Nogueira Diniz, essa assembleia teve uma forte representação para as mulheres da organização:

Fizemos uma assembleia de São Paulo inteira no Colégio Santa Maria. Eu fui uma das coordenadoras da mesa (...). A mesa era composta de sete pessoas: Dom Mauro Morelli³² junto. A gente coordenou essa assembleia – eram só

²⁹ Boletim Movimento do Custo de Vida. “Uma pesquisa de 1975”. Centro de Documentação e Memória (CEDEM-UNESP) (CMZS_007_030_Dig_015_001).

³⁰ II Carta elaborada pelas mães da periferia do MCV – Ano Internacional da Mulher, novembro/1975. Apud AZEVEDO, Jô; DIAS, Luciana.; BENEDICTO, Nair. Santo Dias: quando o passado se transforma em história. São Paulo: Cortez, 2004. p.170.

³¹ Jornal *Folha de São Paulo*, ano 55, São Paulo, 21 de junho de 1976. Disponível em Acervo Folha..

³² Dom Mauro Morelli (1935) é um importante bispo católico brasileiro, e foi bispo auxiliar da arquidiocese de São Paulo na década de 1970. D. Mauro teve uma atuação, nesse período, ligada aos trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base e das periferias da cidade. Ainda hoje, possui uma atuação de destaque no combate à fome e à

mulheres e o bispo (...). No dia seguinte, todos os jornais deram manchete, com nossas caras, foto da multidão, juntou cinco mil pessoas. Era uma coisa bonita de se ver. Valeu todo aquele trabalhão. Não conseguimos o que pretendíamos, mas abrimos a discussão sobre esse assunto, que antes era tabu, não tinha espaço para isso. A gente tinha razão e percebeu isso quando outros setores vieram engrossar o movimento: sindicatos, associações de estudantes, políticos, outros movimentos.³³

Além da carta com os resultados da pesquisa, também foi estruturado um primeiro abaixo-assinado contra a elevação do custo de vida das trabalhadoras e trabalhadores, que deveria ser entregue às autoridades em conjunto com a mensagem, esta forma de luta e pressão já era de certo modo,

(...) uma estratégia que já vinha sendo utilizada nas mobilizações por reivindicações locais (água encanada, luz elétrica, pavimentação, transporte público, pela regularização dos loteamentos clandestinos, entre outras) que contavam, inclusive, com a participação de muitos membros do Movimento Custo de Vida.³⁴

Este documento contou com cerca de 19.500 assinaturas, e apresentava quatro reivindicações levantadas durante esse processo de mobilização do MCV no biênio de 1975 e 76, eram elas: congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade; aumento de salário de todos os trabalhadores, desta forma acompanhando o aumento real do custo de vida; criação de centrais de abastecimentos nos bairros da periferia da cidade, fornecendo alimentos de qualidade e com preços baixos; e criação de creches nas periferias, para possibilitar as mulheres o acesso ao mercado de trabalho.³⁵

miséria no país. Disponível em: <<https://www.diocesedeluz.org.br/clero/bispo-emerito-residente>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

³³ DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. O Protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo 1972-1988. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018. p.148.

³⁴ MONTEIRO. Thiago Nunes. “Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2015. p. 69

³⁵ Abaixo-assinado do MCV enviado às autoridades após a Assembleia do Colégio Santa Maria, em 1976. (Doc. 011_2, Fundo ECO_PRE, CPV.) Apud MONTEIRO, Thiago Nunes. “Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2015. p.212.

Após esse novo ascenso das mobilizações contra a carestia, o movimento havia crescido muito desde a sua primeira ação pública, com as aparições midiáticas e construção pela base das mobilizações.³⁶ Deste modo, um manifesto das mulheres que compunham o movimento, do ano seguinte da realização da assembleia no Colégio Santa Maria, transmitia o tom dos próximos passos que a organização tomaria a partir de então,

Há mais de 10 anos não se realizava uma assembleia popular com este objetivo. Este evento foi muito importante não só por ter reunido mais de 4.000 pessoas de todos os cantos para reivindicar melhores condições de vida, mas também porque mostrou que, quando nos unimos e nos organizamos para lutar pelo que é justo, recebemos sempre apoio de outros setores da população (...) ela fortaleceu nossa luta, ampliou nossa força e reafirmou nossa confiança em nós mesmos que dela participamos.³⁷

Todavia, apesar de toda a força dessas ações e difusão das pautas sistematizadas pela organização, não há indícios de nenhum avanço notável por parte das autoridades para a solução dos problemas da carestia apresentados até aquele momento. Como salienta Sader sobre esta conjuntura, “(...) televisão, rádio e jornais noticiaram o abaixo-assinado e a assembleia; alguns poucos deputados (‘autênticos MDB’) e religiosos deram cobertura e legitimidade aos fatos. Mas nenhuma autoridade dignou-se a responder ao convite ou dar sinal de vida.”³⁸. Compreende-se assim que o movimento tinha plena consciência sobre esse grande impasse.

É quando, em 1977, o Movimento do Custo de Vida dá início a uma estruturação mais sistemática por meio de uma coordenação geral que deveria promover uma ponte entre todos os núcleos da organização, que se espalhavam por todas as regiões da cidade de São Paulo, não mais concentrada apenas na região sul. A organização desta nova forma,

(...) ia desde os grupos de base, passava por minicoordenações nos bairros, coordenações nas regiões até a coordenação da Grande São Paulo. (...) as propostas deviam circular por todos os grupos para serem aprovadas. O que

³⁶ SADER. Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³⁷ Manifesto das mães ligadas ao Movimento do Custo de Vida, maio/1977. Apud NAPOLITANO, Marcos. Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo (1977/1984). Curitiba: Juruá, 2002. p.67.

³⁸ SADER. Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.216.

mais resultou, no início, dessa organização foi a multiplicação de atividades de ‘educação popular’ em torno do tema do custo de vida.³⁹

Da mesma maneira que o movimento foi crescendo entre os bairros periféricos, também houve um aumento da participação de outros grupos políticos e sociais de oposição ao regime civil-militar, tal como “políticos do MDB, membros de organizações clandestinas de esquerda (trotskistas, MR-8, PCB, PCdoB etc.), intelectuais, estudantes universitários, religiosos.”⁴⁰

A discussão em torno da carestia ganhou novo ímpeto entre a sociedade civil por se tornar público que o então ministro da fazenda Delfim Netto havia falseado os índices do custo de vida em 1973, como veremos detalhadamente no capítulo 2. Destarte, no final do ano de 1977, foi lançado o primeiro boletim do Movimento do Custo de Vida, que por meio do uso da história em quadrinhos e pequenos textos, serviu para formar e instruir os novos membros de base da organização. Além disso, já davam o tom das novas diretrizes em direção às mobilizações previstas para o ano seguinte, que se materializariam como um “Dia de luta contra a carestia”, além da criação de um novo abaixo assinado endereçado para as principais autoridades do país:

ABAIXO-ASSINADO

Agora estamos começando um grande abaixo-assinado, endereçado ao Presidente da República e aos Ministros, responsáveis pela atual situação do povo. Para isso, é importante nos reunirmos em grupos, discutir a questão do Custo de Vida, e ver a melhor forma de conseguir que muita gente assine.

Se você está sentindo o problema do Custo de Vida, assine o abaixo-assinado, leve para os seus amigos, parentes, colegas de trabalho e vizinhos assinarem, e comece a se reunir e formar grupos para que o nosso movimento seja grande e possa gritar bem alto e forte como nós estamos vivendo e como nós queremos viver.⁴¹

Em vista disso, no ano de 1978, podemos caracterizar o ápice do movimento, no qual os militantes deram sequência ao grande abaixo-assinado com o objetivo de angariar 1 milhão de

³⁹ Ibid. p.218.

⁴⁰ DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. O Protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo 1972-1988. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018. p.149.

⁴¹ Boletim do Movimento do Custo de Vida – Outubro, 1977. Centro de Documentação e Memória (CEDEM-UNESP) (CMZS_007_030_Dig_007_001)

assinaturas reivindicando: “1) congelamento dos preços de primeira necessidade; 2) aumento dos salários acima do aumento do custo de vida; 3) abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores.”⁴². Tal documento foi oficialmente lançado no dia 12 de março de 1978, em uma assembleia no Colégio Arquidiocesano, localizado na região da Vila Mariana (SP), e contou com a presença de 5 mil pessoas. Em uma entrevista para um jornal da imprensa engajada da época, Aurélio Peres, coordenador do movimento, nos revela a estratégia adotada pela organização no ano de 1978:

(...) nós definimos que a coleta de assinatura tem a função de consolidar os trabalhos dos grupos nos bairros levá-los nos lugares em que não chegou. Devemos ampliar mais o debate político nos bairros, até a realização da assembleia popular, ainda este ano. Enquanto isso, também vamos fazer mutirões e assembleias por setores, para balanço e para discutir o MCV.⁴³

Após o sucesso na conquista de mais de 1 milhão e 200 mil assinaturas, os militantes do MCV realizaram um grande ato na região central da cidade de São Paulo, em 27 de agosto de 1978, para a entrega e oficialização do abaixo assinado junto às autoridades políticas da época. A sugestão desta manifestação, em praça pública, surgiu como forma de ultrapassar as outras ações que a organização havia realizado e dado resultado positivo, mas se mostravam esgotadas naquele momento. Deste modo, pondera Singer: “Obviamente, um movimento desta espécie só poderá ter êxito se for capaz de passar da fase de ‘pesquisa’ e de ‘abaixo-assinados’ a uma etapa de real mobilização de massas, visando pressionar o poder público no sentido de adotar soluções de base para o problema.”⁴⁴.

Entretanto, os governantes não reconheceram as atividades do movimento e ainda tentaram desqualificá-las, acusando-os de falsificarem as assinaturas do documento. Isso se configurou como um golpe duríssimo para todos os militantes da organização no período, apresentando uma questão paradoxal, pois apesar de serem mobilizações que contestavam as políticas destas autoridades, ao mesmo tempo afirmavam a legitimidade das mesmas para a resolução das reivindicações. É desta forma uma grande encruzilhada em que o movimento

⁴² Panfleto “Movimento Custo de Vida – Abaixo Assinado” em *Dossiê DEOPS sobre “Movimento Contra a Carestia”*. Arquivo Público do Estado de São Paulo. p. 41.

⁴³ Entrevista com Aurélio Peres, coordenador do Movimento do Custo de Vida. Jornal Viragem nº2 – Abril de 1978. Acervo CPV Vergueiro.

⁴⁴ SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira. (Orgs.). São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1982. p. 97.

vivia, segundo Sader, “(...) os moradores da periferia reconheciam nos governantes a autoridade legitimamente constituída, embora essa legitimação se fundasse no pressuposto de que elas estavam lá para prover as condições de existência da sociedade.”⁴⁵

A manchete sobre o Movimento do Custo de Vida que encontramos nos principais jornais de São Paulo no domingo, 27 de agosto de 1978, era a seguinte: “Abaixo-assinado superou a meta de um milhão de assinaturas”⁴⁶. Tal fato demonstrava a grandiosidade das circunstâncias que estavam postas para o ato convocado pelo movimento para ocorrer na Praça da Sé, naquela mesma data, como Dia Nacional contra o Aumento do Custo de Vida.

A manifestação realizada em meio à pressão e tentativas de proibições por parte do Estado levou cerca de vinte mil pessoas às ruas naquele domingo, segundo estimativas da época⁴⁷, e reafirmou a importância da organização do MCV na cidade de São Paulo. O livro biográfico de Santo Dias revela o clima durante a manifestação contra o aumento do custo de vida na Praça da Sé, que teve o seu fim após forte repressão policial,

A assembleia foi realizada com emoção e nervosismo, durou cerca de três horas, diante da possibilidade de confronto. Seus organizadores deram orientações aos participantes que saíssem em pequenos grupos pelas laterais da Catedral (...). Mesmo assim, a tropa de choque agiu invadindo a igreja e distribuindo sopapos e cacetadas, além de jogar bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral nos bancos da catedral (...).⁴⁸

Os representantes policiais, via entrevistas nos grandes jornais de circulação, justificaram a repressão e truculência, por conta de determinados setores que não obedeceram às ordens para finalização do protesto. Comumente, até os dias atuais, é possível ler na imprensa algumas justificativas semelhantes por parte das forças policiais, que dão conta de elementos possivelmente infiltrados que praticariam desordem e atos violentos em manifestações populares, e por isso exigiriam ações mais agressivas.

Segundo o Coronel da Polícia Militar que acompanhou o desenrolar da manifestação: “Enquanto o movimento era apenas do custo de vida – continuou o coronel – nós nos

⁴⁵ SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.216.

⁴⁶ Jornal *Folha de São Paulo*, ano 57, São Paulo, 27 de agosto de 1978. Disponível em *Acervo Folha Online*.

⁴⁷ Jornal *Folha de São Paulo*, ano 57, São Paulo, 28 de agosto de 1978. Disponível em *Acervo Folha Online*.

⁴⁸ DIAS, L.; AZEVEDO, J.; BENEDICTO, N. Santo Dias: quando o passado se transforma em história. São Paulo: Cortez, 2004. p.176.

mantivemos à distância, mas os *slogans* e as faixas que surgiram não diziam respeito ao custo de vida (...)”⁴⁹. Da mesma forma que justificava o assessor de imprensa da Presidência da República, coronel Ruben Ludwig: “Há lei disciplinando as manifestações públicas e essa lei, quer se goste dela ou não, tem de ser cumprida.”⁵⁰. Já a principal autoridade religiosa, presente na Catedral da Sé naquele dia, o bispo Mauro Morelli condenou o governo e os seus representantes, por não permitirem a reunião na praça e a recusa em dialogar sobre as reivindicações do movimento.⁵¹ De acordo com Ana Dias, uma das lideranças do MCV que estava presente nesse dia, os próprios policiais deram início aos atos que provocaram o desencadeamento da repressão:

(...) Só que como não coube todo mundo lá dentro, ficou na escadaria, só que lá na escadaria tinha pessoas nossas e pessoa do lado da, dos policiais (...). Eles atentavam os policiais, desafiavam os policiais, pros policiais jogar bomba quando jogavam bomba, ia preso tanto nós, como todo mundo ia preso e quem que eram os provocadores? (...)E eu me lembro que tinha um cara que saiu no jornal no outro dia (...). Ele tava atacando a polícia e depois ele tava pegando um dos nossos pelo cabelo e jogando dentro do camburão. Então o mesmo que atacava era o mesmo que prendia, você tá entendendo? ⁵²

Por esse ângulo, é necessário ressaltar a reflexão de Napolitano sobre a ocupação do espaço público e as mobilizações promovidas pelo MCV, em contrapartida à receptividade das mesmas pelas autoridades:

Essa grande assembleia popular, oficialmente dentro da Catedral e, na prática, ocupando toda praça da Sé, não surgira do nada: consolidava, de vez, a presença física e política dos segmentos mais populares na luta por democracia e justiça social. (...) A organização do protesto era coerente com a estrutura organizativa do movimento. A ocupação pacífica do espaço público, transferia todo o ônus político da repressão com o regime. A participação direta dos protagonistas, nas discussões e preparativos, garantia um ‘senso de legitimidade comunitária’ que

⁴⁹ Jornal *Folha de São Paulo*, ano 57, São Paulo, 28 de agosto de 1978. Disponível em Acervo Folha.

⁵⁰ Jornal “O Estado de São Paulo”, 29 de agosto de 1978. Disponível em Acervo Estadão.

⁵¹ Jornal *Folha de São Paulo*, ano 57, São Paulo, 28 de agosto de 1978. Disponível em Acervo Folha.

⁵² SILVA, Ana Maria do Carmo. Entrevista sobre a Catedral e a Praça da Sé no contexto da ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Karina Alves e Ana Paula Brito em 30/09/2014.p.9.

ampliava a força do movimento. A ação política ganhava uma nova significação a partir do encaminhamento de problemas cotidianos, como a carestia.⁵³

Após esta grande manifestação, a coordenação do Movimento do Custo de Vida promoveu uma viagem até Brasília, no dia 13 de setembro do mesmo ano, por meio de uma comissão de integrantes da organização, para a entrega das assinaturas pessoalmente às autoridades que não foram recebê-las na assembleia da praça da Sé. Segundo Diniz,

Em Brasília, os 21 representantes do MCV procuraram, de diversas formas, um meio de conseguir uma audiência com as autoridades. Para isso, procuraram diversos parlamentares, tanto do MDB como da Arena (...). Os parlamentares da Arena tinham que ser pressionados para conversar, como aconteceu com o senador Petrônio Portela, líder do governo no Senado. Depois de muita pressão, o senador Portela foi obrigado a arrumar uma audiência para a comissão, mas, no dia em que ela deveria ocorrer, a comissão foi barrada e não pôde sequer atravessar a rua em frente.⁵⁴

A comissão foi impedida, pela segurança do Palácio do Planalto, de entregar os documentos em mãos das autoridades. O presidente Geisel não os recebeu e até a imprensa foi proibida de circular na área em frente ao palácio. Entretanto, eles conseguiram entregar a documentação contendo as assinaturas via ação do serviço de protocolo da presidência. E a resposta veio no dia 26 de setembro, por meio de um comunicado oficial do gabinete da presidência, que estampou a capa da Folha de São Paulo com os seguintes dizeres: “O Movimento do Custo de Vida é desonesto”. A nota enviada para a imprensa reconhecia o problema da carestia no Brasil e colocava o governo empenhado em sanar a inflação, mas reprovava as medidas propostas pelo movimento e classificava o mesmo como desonesto e sem credibilidade alguma, pois teriam falsificados as assinaturas presentes no abaixo assinado, conforme vemos em um trecho do comunicado:

⁵³ NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo (1977/1984)*. Curitiba: Juruá, 2002. p.72.

⁵⁴ DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. *O Protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo 1972-1988*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018. p.152.

O governo (...) determinou a verificação da autenticidade das assinaturas, para melhor aquilatar essa ponderável manifestação da opinião pública. (...) foi uma amostragem submetida a exame grafotécnico pelo Instituto de Criminalística do DPF. Em seu lado, os peritos concluíram que: ‘grupos de pessoas lançaram respectivamente grupos de vários nomes, (...) como se fossem de pessoas diferentes’. (...) O governo apenas pode declarar que, muito profundamente, lamenta o fato (...) de certos grupos, por motivos óbvios contrários ao movimento’ de 64, estarem a aproveitar-se de parcelas ingênuas e mais pobres da população para tentar alcançar seus fins inconfessáveis.⁵⁵

Como resposta ao posicionamento do regime militar, os participantes do Movimento do Custo de Vida se posicionaram no dia seguinte e reafirmaram sua mobilização: “Se eles duvidam da credibilidade do Movimento do Custo de Vida, que façam um plebiscito para ver se o povo o apóia ou não”. Além disso, justificaram as assinaturas feitas por uma só pessoa, como forma de direito aos cidadãos analfabetos que apoiavam o movimento. Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal de São Paulo, também condenou a atitude governo “é preciso estar andando muito longe do povo para duvidar da autenticidade deste Movimento”.⁵⁶

Posteriormente a esse período de grande exposição e intensidade das ações do movimento, percebemos um momento de refluxo que resultou em uma crise organizacional e em fissuras internas de concepções divergentes de como prosseguir com a luta contra o aumento do custo de vida. Essa oposição se deu, principalmente, entre os militantes das comunidades de base, mais ligados aos membros da Igreja Católica, com os membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que pretendiam nacionalizar o movimento. Esse fato levou ao fim gradual do Movimento Custo de Vida, que se transformou em Movimento Contra a Carestia (MCC) em 1979. Sader evidencia que “O Movimento entrou numa fase de discussão e reorganização, mas o que restou foram apenas estruturas organizativas. A intensa mobilização popular após 78 não mais passou por suas vias.”⁵⁷.

⁵⁵ Jornal *Folha de São Paulo*, ano 57, São Paulo, 26 de setembro de 1978. Disponível em Acervo Folha.

⁵⁶ Jornal *Folha de São Paulo*, ano 57, São Paulo, 27 de setembro de 1978. Disponível em Acervo Folha.

⁵⁷ SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.221.

Figura 01 – Cartaz do MCV convidando para o lançamento do grande abaixo-assinado no Colégio Arquidiocesano, 1978. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

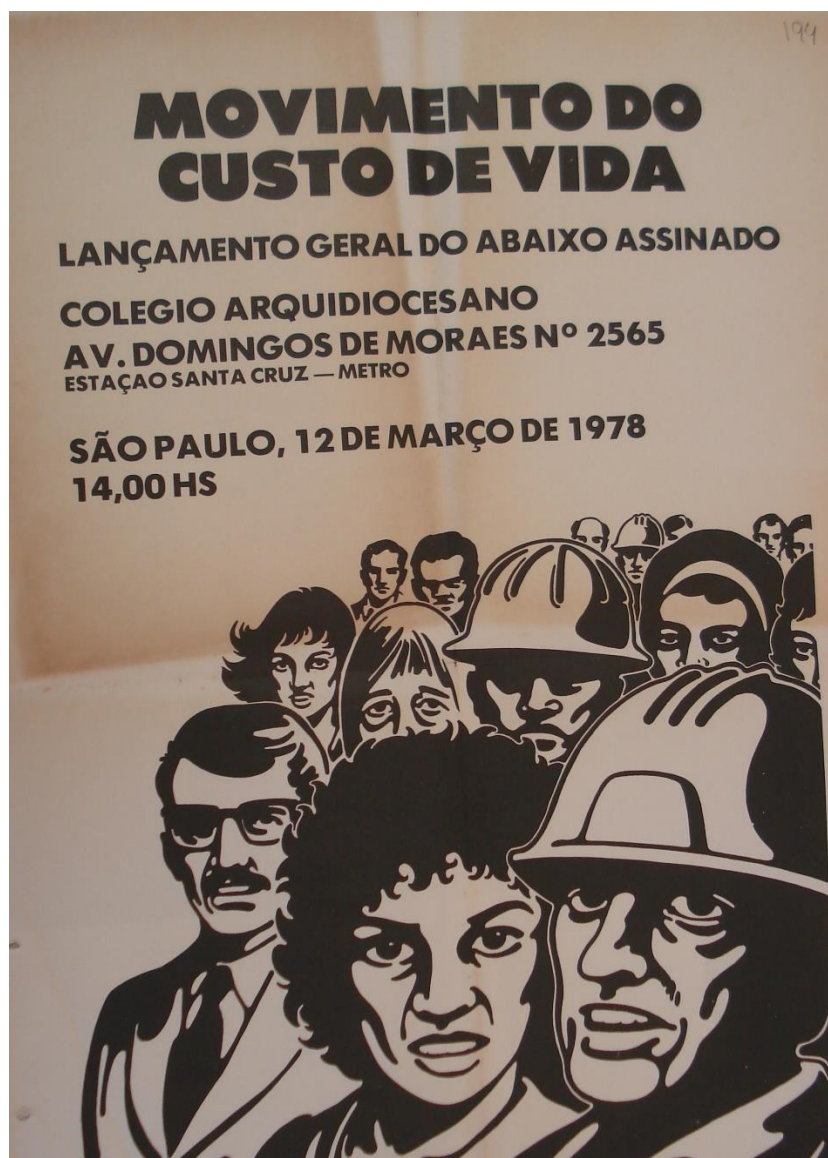
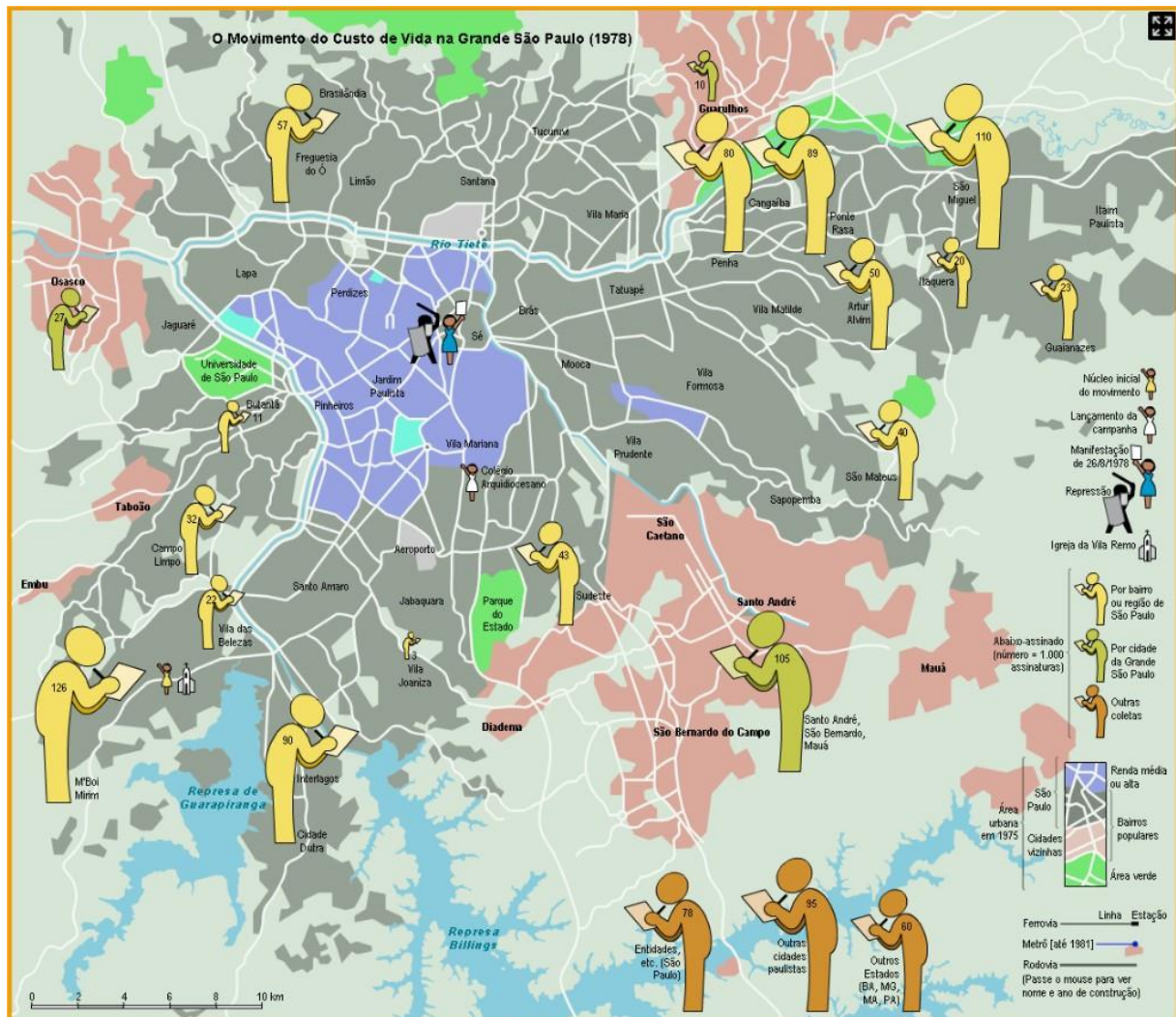


Figura 02 – Mapa da grande São Paulo com as atividades realizadas pelo MCV no ano de 1978.⁵⁸



⁵⁸ Fundação Getúlio Vargas – CPDOC. Atlas Histórico do Brasil. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/marcos/governo-geisel-1974-1979/mapas/o-movimento-do-custo-de-vida-na-grande-sao-paulo-1978>>. Acesso em 02 out. 2018.

CAPÍTULO 2. A FOME ENTRA SEM BATER NA PORTA: A ALTA DO CUSTO DE VIDA E O MILAGRE ECONÔMICO NO BRASIL

“Taí você para confirmar: é cada vez mais difícil comprar tudo o que a gente precisa. Quer dizer: Os salários sobem pela escada, enquanto o custo de vida sobe pelo elevador. É verdade ou não é?”⁵⁹

Durante todo o período de vigência do regime militar, a questão econômica sempre foi uma relevante preocupação para os generais e governantes. Um breve panorama econômico do governo se faz necessário nesta pesquisa para a melhor compreensão da atuação do Movimento do Custo de Vida e as relações estabelecidas com os aspectos econômicos da vida da classe trabalhadora durante a manutenção dos planos econômicos militares.

Desde 1963, sem a aprovação e consolidação das denominadas “Reformas de Base” do presidente João Goulart e com a crise política instaurada com diversas manifestações pró e antigoverno, como o Comício da Central do Brasil e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, tínhamos uma economia nacional estagnada e altas taxas de inflação anuais, fruto de um legado do governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek nos idos dos anos 50.⁶⁰

Com o golpe militar em 1964, o desenvolvimento do panorama econômico era de fundamental importância para a solidificação e aprovação do regime. Sendo assim, havia uma tese de economistas liberais, que não seria por intermédio do populismo econômico de Goulart que a expansão da economia brasileira se realizaria, pois apontavam certos desequilíbrios nessa política, como o

(...) populismo fiscal, que levava o Estado a gastar além de sua capacidade de arrecadação tributária, gerando pressões inflacionárias; o populismo na política de crédito, que levava a que o investimento fosse financiado não com crescimento da poupança doméstica, mas com expansão da oferta monetária, gerando uma nova fonte de pressão inflacionária; finalmente o populismo salarial, que levaria a que o

⁵⁹Coleta de Assinaturas do Movimento do Custo de Vida no metrô: Folheto Explicativo - Movimento Custo de Vida, 1978. Acervo DEOPS - Arquivo Público do Estado de São Paulo (50-Z-0-14.645)

⁶⁰ Cf. Luís Aranha Correia do LAGO. Milagre Econômico Brasileiro. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

aumento das folhas de pagamento superasse o crescimento da produtividade.⁶¹

A partir dessa leitura, com o golpe e o regime militar já estabelecido pelo governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1900 - 1967), firmou-se o predomínio de um projeto liberal como diretriz econômica, sustentada por um viés reacionário de um forte governo para reformas conservadoras, apoiado por parcelas da burguesia estrangeira e nacional, além dos grandes proprietários de latifúndio e parte da classe média urbana.⁶²

As primeiras grandes diretrizes econômicas desse período, se deram por meio da criação do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), em novembro 1964, pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, presidido por Roberto de Oliveira Campos, durante o governo do Marechal Castelo Branco e que vigorou até 1967. Caracterizando-se como um projeto de estabilização econômica, tinha como principais objetivos a contenção da inflação da economia nacional, além da aceleração do crescimento econômico brasileiro⁶³. As diretrizes econômicas do programa deixaram um legado para a economia do regime militar que “derivou diretamente da sua formulação e implementação de um largo espectro de reformas institucionais (...) em que contribuíram decisivamente na definição dos traços característicos do padrão de desenvolvimento capitalista que marcou a evolução futura da economia brasileira.”⁶⁴ A estabilidade proporcionada por essas medidas, abriu possibilidades favoráveis de efetivação, nos anos seguintes, do período denominado como “milagre econômico”.

De 1967 a 1973, viveu-se um período de expansão capitalista na sociedade brasileira, marcado pelo grande desenvolvimento industrial em aliança com o capital internacional, fomento das linhas de crédito e com políticas de ampliação dos bens de consumo, resultantes de uma política econômica realizadas sob direção do Ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto (1928 –) aliada da conjuntura econômica internacional bem promissora. O período foi

⁶¹ PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fabio Sá. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; Vol. 4). p.212

⁶² LAGO, Luiz Antonio Correa do. A retomada do crescimento e as distorções do milagre: 1967-1973. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889 – 1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

⁶³ MARINELI, Felipe. O pensamento de Antônio Delfim Netto e o milagre econômico brasileiro (1968-1973). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2017. p. 211.

⁶⁴ Cf. George KORNIS. Programa De Ação Econômica Do Governo (PAEG). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

chamado de “anos dourados” brasileiros, ou mais conhecido como o período denominado de “milagre econômico”, conforme proclamava o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1905 – 1985). Como reflete o economista Luiz Aranha Corrêa do Lago,

(...) do ponto de vista da política econômica, os sete anos de 1967 a 1973, em que Delfim Netto permaneceu ministro da Fazenda, podem ser examinados como um único período, em que prevaleceu um novo diagnóstico dos problemas econômicos do Brasil, e no qual o país alcançou taxas médias de crescimento econômico sem precedentes.⁶⁵

A taxa média de crescimento, entre 1968 e 1973, foi de aproximadamente 11% ao ano, diante de uma média em torno de 7% no início dos anos 60.⁶⁶ A conjuntura internacional favorecia esse crescimento, pois o capitalismo vivia sua *Era de Ouro* desde a década de 1950 nos países da Europa Ocidental e da América do Norte. A conjuntura econômica brasileira apresentava aspectos semelhantes ao contexto internacional, como “a era do livre comércio, livres movimentos de capital e moedas estáveis”⁶⁷, sob forte intervenção do Estado e o crescimento do acesso aos bens de consumo pela classe média brasileira⁶⁸.

Entretanto, um aspecto vivido durante o período dourado nas regiões da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, em se tratando de Estado de bem-estar social⁶⁹, no Brasil não se sustenta, pelo contrário, há entre as camadas mais pobres um declínio na condição de vida por meio do

⁶⁵ LAGO, Luiz Antonio Correa do. A retomada do crescimento e as distorções do milagre: 1967-1973. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889 – 1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 233.

⁶⁶ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

⁶⁷ HOBBSBAWN, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.270.

⁶⁸ Sobre o aumento expressivo do acesso aos bens de consumo na Europa durante os anos dourados Cf.: JUDT, Tony. Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945. Cap.: “A era da prosperidade”,

⁶⁹ Entende-se o conceito de *Estado de Bem-Estar Social* de acordo com “formas possíveis de sistema de proteção social, caracterizando-se pelo fato de que o Estado assume um papel mais contundente no atendimento das necessidades individuais fundamentais relativamente às demais formas de provisão, como o mercado e a família (...). Esse papel do Estado no atendimento das necessidades individuais fundamentais está intimamente relacionado ao perfil das políticas públicas (...), destacam-se as políticas econômica e social, pois ambas reúnem os principais instrumentos por meio dos quais o Estado é capaz de afetar as condições materiais e, assim, fazer com que os indivíduos possam atender as suas necessidades fundamentais.” in WOLF, Paulo José Whitaker; OLIVEIRA, Giuliano Contendo de. Os Estados de Bem-Estar Social da Europa Ocidental: tipologias, evidências e vulnerabilidades. Econ. soc., Campinas, v. 25, n. 3, p. 661-694, dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182016000300661&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 set. 2018.

aumento do custo de vida, tais como aluguel, saúde, alimentação e do arrocho salarial e assim boa parte da população não desfrutou dos benefícios desse processo, como pontua Napolitano:

(...) a maior parte da sociedade brasileira não pôde desfrutar os resultados materiais deste processo de maneira sustentável e equânime. (...) a concentração de renda e o arrocho salarial, parte do processo de desenvolvimento capitalista periférico, (...) também eram notórios.⁷⁰

Houve um crescimento expressivo da desigualdade social presente na sociedade brasileira, sobretudo devido ao favorecimento da acumulação capitalista. Como exemplo desse cenário, é possível analisar o desenvolvimento do salário mínimo em São Paulo durante o período compreendido, que teve uma perda real de cerca de 15% entre 1967 e 1973. Além disso, essa perda se demonstrou, substancialmente, nas profissões menos qualificadas da sociedade brasileira, diante de aumentos superiores em certas categorias de trabalhadores mais qualificados, o que falseava a informação de média salarial nacional por parte do regime. Para o governo militar, esse aumento da desigualdade no Brasil era considerado parte comum do cenário de desenvolvimento. A título de exemplo, “Delfim Neto considerou normal esse processo de concentração de renda, afirmando que em qualquer tipo de desenvolvimento econômico alguns melhoram mais que os outros.”⁷¹. Por esse ângulo, Lago reflete sobre a política salarial e o aprofundamento do desequilíbrio social em nosso país,

os salários não se beneficiaram proporcionalmente do forte crescimento do produto e da produtividade no período (...). Em suma, no período de 1967-1973, a política salarial e a política de relações trabalhistas do governo tiveram como resultado uma contenção dos níveis de salário real, dentro do espírito de combate à inflação de custos da nova administração, favorecendo a acumulação de capital via manutenção de elevada taxa de lucro, e possibilitando uma política de remuneração seletiva para o pessoal de nível mais elevado.⁷²

⁷⁰ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p.159.

⁷¹ Cf. Luís Aranha Correia do LAGO. Milagre Econômico Brasileiro. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁷² LAGO, Luiz Antonio Correa do. A retomada do crescimento e as distorções do milagre : 1967-1973. In : ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889 – 1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 287.

Nesse sentido, o economista Celso Monteiro Furtado explana que determinadas camadas sociais conquistaram benefícios em detrimento de outras com esse fenômeno econômico. O autor aponta uma transferência de renda das camadas mais pobres da sociedade brasileira para as camadas médias e às grandes elites, sobre o qual os resultados da produção em crescimento foram destinados às classes sociais média e alta. Portanto, Furtado evidencia que o período do Milagre Econômico “operou como um mecanismo de considerável concentração de riqueza”⁷³.

Ademais, o governo Médici incentivava a criação de propagandas que legitimavam esse discurso de crescimento econômico e repeliam qualquer tipo de resistência contra o regime. O governo, em aliança com setores do empresariado nacional, criou grandes campanhas publicitárias ufanistas que enfatizavam o caráter nacionalista e desenvolvimentista do período, como podemos constatar nos anexos 1 e 2 do presente trabalho.⁷⁴ Essas campanhas corroboravam com as diretrizes apresentadas pelo general, tal como o “Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo”, que tinha como objetivo básico

(...) propiciar o ingresso do Brasil no mundo desenvolvido até o final do século. Para tanto, seria necessário que o crescimento econômico alcançasse a taxa mínima de 7% a 9% ao ano entre 1970 e 1973 (...). Finalmente, o Plano de Metas recomendava a estabilidade política, a ser obtida com a continuação das reformas políticas, econômicas e sociais.⁷⁵

Com as crises econômicas internacionais - como o choque de petróleo em 1973 - o crescimento notável da dívida externa, por conta do financiamento cada vez maior das grandes obras realizadas pelo regime e a dificuldade em conter a inflação, por fatores dentre outros que envolviam a queda dos salários e o controle de preços, frearam drasticamente o período de expansão econômica a partir de 1973, e isso confluiu diretamente nas pautas de reivindicação que deram origem ao Movimento Custo de Vida no final do mesmo ano, assim como os efeitos desse período atingiram duramente extensa parte da população periférica de São Paulo,

⁷³ FURTADO, Celso. O Brasil pós- milagre. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p.31.

⁷⁴ Para ler mais sobre a propaganda do governo militar é possível consultar o livro: FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

⁷⁵ Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 02/08/2018.

inflacionando diretamente os gastos básicos e a composição de renda familiar, que deram fôlego para as mobilizações iniciais em diversas regiões da cidade.

Percebemos como a situação econômica do país na década de 1970 impactou no cotidiano da classe trabalhadora a partir do documento embrião do Movimento do Custo de Vida, quando as mulheres que se organizavam em torno do clube de mães do bairro Jardim Nakamura, elaboraram uma série de pesquisas sobre o custo de vida a partir dos preços de produtos básicos da necessidade de uma família da periferia de São Paulo. A pesquisa consistia em uma análise das diferenças de preços dos alimentos do ano de 1972 a 1973, período no qual a inflação atingiu mais de 100% de aumento em gêneros alimentícios básicos, tais como feijão, carne, leite e macarrão. Como essas mulheres apontaram na Carta das Mães da Periferia, em 23 de outubro de 1973,

(...) a nossa pesquisa de preços dos alimentos de mais necessidade com a diferença de um ano, em que se multiplicaram os preços. O feijão de Cr\$2,40 para Cr\$6,70; a carne de Cr\$7,00 para Cr\$15,00 e o arroz de Cr\$1,25 para Cr\$2,40, etc. Assim sendo o custo de vida subiu de 120% e o salário mínimo de Cr\$268,80, só subiu 16% passando para Cr\$312,00. Afinal esse é um salário de fome ou não é? ⁷⁶

Além deste dado, é importante frisar que a pesquisa foi realizada em duas regiões distintas: uma localizada mais próxima ao centro da cidade de São Paulo e outra localizada em regiões periféricas: concluiu-se que em pontos mais distantes a inflação chegava ao dobro do que nas regiões centrais. Segundo Monteiro, nas periferias se gastava

(...) mais com transporte e, principalmente, com alimentação já que o controle de preços realizado pelo Estado era pouco eficaz nos bairros periféricos, que não contavam com grandes mercados (por vezes, sequer feiras-livres), aumentando o número de intermediários entre os produtores e consumidores.⁷⁷

⁷⁶ I Carta das Mães da Periferia, em 23 de outubro de 1973 – São Paulo. Centro de Pesquisa Vergueiro (Doc. 002_2, Fundo ECO_PRE, CPV). Apud MONTEIRO. Thiago Nunes. “Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2015.

⁷⁷ MONTEIRO. Thiago Nunes. “Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2015. p. 21

Sobre esse processo de pesquisa e de ação política inicial do movimento, Ana Dias, uma das participantes do movimento, reflete:

Como a gente vai fazer que isso que então nós estamos falando aqui entre 10, 12 mulheres chega até as autoridades? (...) Magina que uma mulher sair, ficar o dia todo fazendo um estudo sobre economia, né? (...) Então saiu umas 40 mulheres com umas pranchetinha dessa pra pegar abaixo-assinado, mas antes da gente sair de lá do bairro, a gente dizia pra elas: “Ó, esse abaixo assinado é porque a gente gostaria que abaixasse o arroz, feijão, parari, parara” (...). Era mulheres analfabetas, era mulheres dona de casa, era mulher que nunca tinha saído de casa, mas todas acreditavam que é nessa abaixo-assinado ela ia chegar a dar um grito pra ser ouvido, né? ⁷⁸

Esses elementos acentuam ainda mais as desigualdades sociais da população periférica na cidade de São Paulo da década de 1970, o que corrobora a tese de que os benefícios do “Milagre Econômico” não foram usufruídos por todas as camadas da população brasileira. É certo dizer que “significou na prática o aumento da desigualdade na distribuição social da renda (...). Derivou do período do ‘milagre’ uma forte concentração da renda, que teve como contrapartida a compressão generalizada da remuneração da maioria dos assalariados.”⁷⁹. Esse cenário vai se estender por todo o período de existência do movimento durante a década de 1970, demonstrando como a questão do custo de vida era deveras cara a essas famílias.

A movimentação se fortaleceu quando, em 1977, foi noticiado nos principais jornais de grande circulação do país o estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sociais e Econômicos (DIEESE) que denunciava a manipulação dos índices oficiais de inflação de 1973 pelo regime militar e o então ministro da fazenda Delfim Netto, sendo reconhecido como verdadeiro pelo Banco Mundial, e que causaram graves consequências para os trabalhadores, resultando em um rebaixamento salarial. Segundo estudo de Lago,

⁷⁸ SILVA, Ana Maria do Carmo. Entrevista sobre a Catedral e a Praça da Sé no contexto da ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Karina Alves e Ana Paula Brito em 30/09/2014. p.5-6.

⁷⁹ Cf. Mônica KORNIS. Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

Em depoimento prestado em agosto de 1978 à CPI que investigava a política salarial do governo, o economista Julian Chacel, diretor de pesquisas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), reconheceu, segundo a revista *Veja* (23/8/1978), que, em estudo encomendado pelo ministro Mário Henrique Simonsen em março de 1974, os índices encontrados haviam indicado, em 1973, um aumento de 24,8% nos preços, e não de 14%, como fora anunciado no governo do general Emílio Médici.⁸⁰

Por conseguinte, durante os anos de 1977 e 1978, período de auge da mobilização do Movimento do Custo de Vida, também se realizaram diversas ações, pesquisas e disseminação de informações relativas ao elevado custo de vida das famílias pobres da cidade de São Paulo, da mesma forma que em sua origem, alcançando, por sua vez, em uma campanha de abaixo-assinado, cerca de 1 milhão de assinaturas exigindo, entre outras coisas, “o congelamento dos preços de primeira necessidade (...); aumento dos salários acima do aumento do custo de vida (...).”⁸¹. Conforme podemos visualizar a partir da figura 03, o MCV se munia ainda mais de informações sobre a temática e disseminava isso de forma didática e simples para as famílias diretamente impactadas pelo legado do período do “Milagre Econômico”, criando diversas formas de atuação e reivindicação frente às autoridades responsáveis da época.

⁸⁰ Cf. Luís Aranha Correia do LAGO. Milagre Econômico Brasileiro. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁸¹ Cf. Jornal “Movimento”. O preço e os salários: o discurso de lançamento do Movimento do Custo de Vida. Edição semanal – nº141 – 13 de março de 1978. Acervo digital Núcleo de Pesquisa em Ciência da Computação. Disponível em: <<http://eusoufamecos.uni5.net/nupecc/conteudo/acervodigital/movimento>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

Figura 03 – Matéria com o mote “Custo de Vida vs. Salário” – Quadrinhos com discussão econômica para distribuição entre a população dos bairros mobilizados pelo MCV.⁸²



Figura 04 – Panfleto do MCV sobre a falsificação de dados pelo ministro da fazenda Delfim Netto, descoberto por meio de estudos do DIEESE em 1977.⁸³



⁸² Boletim do Movimento do Custo de Vida, outubro de 1977. Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). (CMZS_007_030_Dig_007_002)

⁸³ Boletim “Movimento do Custo de Vida INFORMA, 1977. Centro de Documentação e Memória da UNESP (CMZS_007_030_Dig_025_001)

CAPÍTULO 3. A HISTÓRIA SE FAZ NO DIA A DIA: O MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA E SUAS RELAÇÕES COM AS DEMAIS ORGANIZAÇÕES

*“Como pode um povo vivo
Viver nesta carestia,
Como pode um operário
Viver com este salário.”*

(Paródia da música “Peixe Vivo - Hino oficial do MCV”)⁸⁴

Após a contextualização acerca da constituição do Movimento do Custo de Vida, faz-se necessário refletir sobre as relações que se estabeleceram entre o movimento e as demais organizações progressistas e de esquerda durante sua atuação. Pretendo desenvolver, ao longo deste capítulo, a forma como os militantes do MCV enxergavam estas relações, assim como as tensões e disputas que se instauraram a partir dessas aproximações. Durante a trajetória de atuação da organização, notamos a efetiva participação de membros de grupos religiosos católicos ligados às periferias da cidade de São Paulo, integrantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, membros do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), militantes de organizações clandestinas da época, tal como o PCdoB, além de setores estudantis e intelectuais de esquerda.

Ademais, considerar estas conexões é fundamental para compreender as ações protagonizadas pelo MCV na década de 1970. E, ao analisarmos o início da história do movimento, nos foi possível relacionar a formação de organizações populares ligadas à Igreja Católica no Brasil, tais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Pastoral Operária (PO), como elemento determinante na origem e formação do MCV. Por meio da reflexão sobre a realidade dos trabalhadores e as condições precárias de vida que estes possuíam, diversos grupos católicos começaram a se organizar socialmente e politicamente com base no evangelho cristão e na solidariedade de classe. Esse engajamento tem como principal característica a grande participação de membros leigos⁸⁵ da Igreja, criando assim uma rede de contatos entre diferentes comunidades e paróquias para trocas de experiências, e também fomento da

⁸⁴ As duas primeiras estrofes do hino oficial do Movimento do Custo de Vida. Apud EVERS, Tilman. “Os movimentos sociais urbanos: o caso do movimento do custo de vida”. In: MOISÉS, J. et al. Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80. Petrópolis: Vozes/Cedec, 1982. p.83.

⁸⁵ Na doutrina católica, os leigos (também conhecidos como fiéis) são membros da Igreja Católica que não receberam o sacramento da Ordem, e compõem a maior parte da Igreja.

organização social e política urbana. Nessa perspectiva, fez-se necessária a compreensão do contexto histórico e social da Igreja Católica nas décadas de 1960 e 1970 para atinar sua atuação e as relações estabelecidas entre os militantes do MCV e os referidos grupos religiosos.

O golpe militar em 1964 contou com notável apoio de amplos setores da Igreja Católica no Brasil, sendo uma importante representante da sociedade civil para os grupos militares, de modo que legitimou o “combate ao comunismo”. Em uma reflexão realizada três meses após o golpe, o conselho da alta cúpula da Igreja divulgou uma nota favorável à ação dos militares, como podemos conferir no excerto: “Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação (...).”⁸⁶. Esta posição foi reconhecida como um erro histórico pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na ocasião dos 50 anos do golpe civil-militar de 64, por meio de uma nota aprovada pelo Conselho Episcopal Pastoral, em 1º de abril de 2014, entretanto não há um reconhecimento institucional desse apoio, delegando a alguns grupos tal atitude, como podemos ressaltar:

Se é verdade que, no início, setores da Igreja apoiaram as movimentações que resultaram na chamada “revolução” com vistas a combater o comunismo, também é verdade que a Igreja não se omitiu diante da repressão tão logo constatou que os métodos usados pelos novos detentores do poder não respeitavam a dignidade da pessoa humana e seus direitos.⁸⁷

De fato, como evidencia em sua nota, a postura de parte da Igreja sofre uma transformação durante a vigência da Ditadura no Brasil. Diversos fatores explicam essa mudança tão radical - de alas cúmplices do regime militar à oposição. Em vista disso, podemos destacar: as graves violações de direitos humanos praticadas pelos agentes repressivos, até mesmo contra membros da própria Igreja que não estavam de acordo com as práticas autoritárias; uma posição mais ampla da Igreja Católica no Mundo, a partir dos preceitos progressistas elaborados no Concílio do Vaticano II (1961 – 1965); a nomeação de autoridades religiosas contrárias à Ditadura para

⁸⁶ Trecho do documento extraído da reportagem “CNBB afirma que golpe de 1964 foi um 'erro histórico'” - Jornal Folha de São Paulo, 4 de abr de 2014. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1435249-cnbb-diz-que-golpe-de-1964-foi-erro-historico.shtml> >. Acesso em: 06 out. 2018.

⁸⁷ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Declaração: Por Tempos Novos, Com Liberdade e Democracia, 01 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/declaracao-por-tempos-novos-com-liberdade-e-democracia/>>. Acesso em: 06 out. 2018.

cargos de alta hierarquia da Igreja, como a nomeação de dom Paulo Evaristo Arns para a arquidiocese de São Paulo, em 1970; porém, de fato, uma circunstância marcante do período foi o papel que a base da Igreja adotou nessa oposição ao regime, “cujo peso era, no Brasil, bem maior que em outros países, como a Argentina, e que foram, sem dúvida, ‘o motor’ da transformação da instituição.”⁸⁸

Por conseguinte, o Congresso de Medellín, convocado como Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em 1968, na cidade colombiana, simbolizou um marco importante acerca da virada do posicionamento da Igreja Católica na América Latina, como forma de aplicação das diretrizes do Concílio do Vaticano II, representado por uma posição progressista diante dos episódios de supressão das liberdades democráticas, por meio de estados de exceção, que se caracterizaram nas Ditaduras Latino-Americanas. Além de assegurar a defesa dos direitos das populações pobres e oprimidas, que sempre fora uma preocupação presente nos evangelhos da Igreja Católica, mas dando outro enfoque a partir de então, como reflete Michael Löwy, “(...) já não se trata de considerar o pobre como objeto de ajuda, proteção ou caridade, mas como sujeito histórico, como ator de sua própria libertação.”⁸⁹

À vista disso, percebemos a relação direta que se estabelece entre a militância de indivíduos católicos, como membros das CEBs e das Pastorais, e a relação com o cristianismo, tendo como principais orientações as resoluções deste Congresso que norteariam a criação e a atuação desses grupos nas décadas de 1960 e 1970, assim como se expressa:

A Igreja latino-americana, reunida na II Conferência Geral de seu Episcopado, situou no centro de sua atenção o homem deste continente, que vive um momento decisivo de seu processo histórico (...). Não basta, certamente, refletir, conseguir mais clarividência e falar. É necessário agir. A hora atual não deixou de ser a hora da «palavra», mas já se tornou, com dramática urgência, a hora da ação. Chegou o momento de inventar com imaginação criadora a ação que cabe realizar e que, principalmente, terá que ser levada a cabo com a audácia do Espírito e o equilíbrio de Deus. Esta Assembleia foi convidada “a tomar decisões e a estabelecer projetos, somente com a condição de que estivéssemos dispostos a executá-los como compromisso pessoal nosso, mesmo à custa de sacrifícios”.

⁸⁸ LÖWY, Michael. O cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. Revolução e Democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil; v.3). p.310.

⁸⁹ Ibid. p.306.

A América Latina está, evidentemente, sob o signo da transformação e do desenvolvimento. Transformação que, além de produzir-se em uma rapidez extraordinária, atinge e afeta todos os níveis do homem, desde o econômico até o religioso. Isto indica que estamos no Limiar de uma nova época da história do nosso continente. Época cheia de anelo de emancipação total, de libertação diante de qualquer servidão, de maturação pessoal e de integração coletiva. Percebemos aqui os prenúncios do parto doloroso de uma nova civilização.⁹⁰

Efetivamente, as orientações deste Congresso produziram condições para a criação destes agrupamentos, que refletiram as tendências da fé católica naquele momento. A Comunidade Eclesial de Base foi o principal instrumento para conectar a Igreja às populações pobres das periferias da cidade de São Paulo, com destaque para as regiões Sul e Leste. O surgimento destes grupos aumenta, significativamente, a importância dos setores progressistas da Igreja Católica, sendo compostos em sua maioria por mulheres periféricas. De acordo com Frei Betto, as CEBs são caracterizadas como,

(...) pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos (...). Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base (...). São *comunidades*, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São *eclesiais*, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de *base*, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares) (...).⁹¹

A Igreja Católica na Cidade de São Paulo, surge assim, como uma das principais forças de resistência ao regime militar na década de 1970, denunciando as violações de direitos

⁹⁰ II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Conclusões da Conferência de Medellín. São Paulo: Edições Paulinas, 1968. 6ª Edição.

⁹¹ BETTO, Frei. O que é: Comunidade Eclesial de Base - Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p.7.

humanos, protagonizados pelas cenas de tortura, repressão, sequestro e prisões de militantes de esquerda. Além de se colocar contra o “modelo de desenvolvimento promovido pela ditadura, caracterizado como desumano, injusto e fundado na opressão econômica e social dos pobres.”

⁹² Nesse contexto, a atuação do Movimento do Custo de Vida está intrinsicamente ligada a esse movimento do catolicismo no Brasil, ao denunciar os rumos econômicos da Ditadura e o crescimento da desigualdade social em nosso país. Essa experiência é relatada pela freira Cecília Hansen, integrante do MCV, durante sua entrevista para a pesquisa:

Começamos lá uma coisa nova da Igreja: as Comunidades Eclesiais de Base. E as CEBs era uma coisa circular, não uma pirâmide que possuía lá em cima o bispo, depois o padre... e o povo lá embaixo aceitando o que falavam. O Concílio mudou esse conceito, agora a Igreja era Povo de Deus, somos toda Igreja, era uma igreja firme com o pé na realidade... e começamos com as CEBs, lá todos tinham vez, nós tínhamos nosso papel, mas cada um que estava nesse círculo também possuíam seu papel. ⁹³

Portanto, durante o desenvolvimento desta pesquisa ficou claro o imprescindível papel que a Igreja possuiu na formação e nas atividades realizadas pelo Movimento do Custo de Vida. Entretanto, é necessário esclarecer que essa posição não era unânime dentro da instituição e, sim, de uma ala mais progressista que predominava na cidade de São Paulo, como nos revela Ana Dias:

(...) dava espaço principalmente aquela Igreja que tava mais envolvida politicamente com as pessoas, né? Então dava esse espaço pra gente ter a liberdade de se organizar, (...) Era uma Igreja que eles falavam igreja viva, uma igreja comprometida, né?
Então a Igreja foi a nossa... Era o grande guarda-chuva nosso, né, que nos ajudava e que nos defendia, porque nem toda a Igreja também não ajudava não, a Igreja queria pegar nós e mandar matar também porque a Igreja via nós

⁹² LÖWY, Michael. O cristianismo da libertação *in* FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia* (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil; v.3). p.313.

⁹³ Cecília Hansen. Depoimento a Vinicius Faustino em 17 de maio de 2017.

como umas pessoas perigosa, né? Que era mais pra revolucionário, comunista, agitadores e assim por diante.⁹⁴

Ademais, apesar de não podermos concluir o catolicismo como de exclusividade das camadas mais pobres durante a vigência do regime militar, pode-se pontuar a importância da Igreja no fortalecimento das tentativas de oposição à Ditadura da sociedade civil, sendo uma das instituições com mais legitimidade nesse âmbito que colaborou para proteção e estímulo de desenvolvimento destes grupos, pois “(...) nenhuma outra instituição teria recursos e independência para abrigar estas formas embrionárias de defesa civil. E a hospitalidade não foi apenas material; procurou transferir para os movimentos cívicos a relativa imunidade que o prestígio da instituição mantinha no país.”.⁹⁵

No entanto, com o desenvolvimento e a expansão das atividades da organização para outras regiões da cidade de São Paulo, é possível notar uma diminuição da preponderância da Igreja no MCV, sendo causado, principalmente, pela participação de novos atores políticos, como militantes de partidos e movimentos sindicais. Em entrevista no ano de 1978, o metalúrgico Aurélio Peres, coordenador do MCV e militante do PCdoB, nos elucida sobre o papel que a Igreja possuía naquele momento dentro do movimento:

A base maior do MCV ainda está ligada à Igreja. Ela tem dado um apoio muito grande e tem assumido o trabalho até certo ponto. A gente nota que de 76 para 77 houve certo retraimento na sua participação, e que ela tende a ser cada vez menor à medida que o movimento torna-se mais político, mais amplo. Acho que aí terá vida própria e os setores mais consequentes da igreja continuarão nos apoiando.⁹⁶

Destarte, com o impulsionamento do movimento algumas divergências ficaram evidentes entre as duas alas que compunham a coordenação da organização. Era cada vez maior a necessidade da politização dos debates que eram realizados sobre os problemas enfrentados pela alta do custo de vida nos seios dessas famílias, entretanto as metodologias que estavam

⁹⁴ SILVA, Ana Maria do Carmo. Entrevista sobre a Catedral e a Praça da Sé no contexto da ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Karina Alves e Ana Paula Brito em 30/09/2014. p. 26-27.

⁹⁵ SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira. (Orgs.). São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1982. p.60

⁹⁶ Entrevista com Aurélio Peres, coordenador do Movimento do Custo de Vida. Jornal Viragem nº2 – Abril de 1978. Acervo CPV Vergueiro.

postas para ambas as partes divergiam e apresentavam projetos distintos. Sader nos elucida sobre essa adversidade: “Enquanto uma parcela dos participantes entrava na lógica do enfrentamento político – que exigia maior organização, impessoalidade (...), a dinâmica comunitária dos grupos de base implicava uma outra lógica – fundada na disposição interna de seus membros (...).”⁹⁷ Podemos perceber as vicissitudes desse momento por meio da fala da Cecília Hansen, freira e entusiasta das Comunidades Eclesiais de Base, no seguinte trecho de sua entrevista:

A grande diferença era a compreensão de metodologia... nós das comunidades tínhamos uma proposta que não decidíamos pelo grupo todo, se nós tínhamos uma proposta na coordenação dos grupos, as representantes levavam para as reuniões das comunidades para discutir e só depois voltava para a coordenação e aí decidíamos. Claro que isso é um processo bem mais longo, mas só aí que você conscientizava todas... nisso eu tenho plena convicção. E naquele dia da reunião... o grupo de mulheres que era do PCdoB chegou já dizendo que tínhamos que derrubar tal político e precisar fazer tais coisas, ou seja, ela já tinha decidido tudo sem consultar as outras pessoas, sem um processo de conscientização... e ainda tinha a questão de fazer coisas que podiam levar à repressão.⁹⁸

Mais especificamente sobre as relações estabelecidas entre os militantes do movimento e os integrantes do PCdoB, podemos destacar uma atuação relevante dos militantes partidários no movimento e nas periferias de São Paulo, principalmente, após as derrotas das ações da luta armada, como foi o caso emblemático da Guerrilha do Araguaia. É possível perceber que houve um investimento nessa atuação, impulsionados pela anexação de integrantes da Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML) no ano de 1973, que reunia, em suas fileiras, diversos militantes das juventudes estudantis e católicas, inseridos em trabalhos clandestinos nas comunidades e fábricas da cidade de São Paulo.⁹⁹

Esta posição dos militantes do PCdoB de São Paulo foi referendada, posteriormente, na VII Conferência, realizada entre os anos de 1978 e 1979, na então Albânia socialista. O

⁹⁷ SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.219.

⁹⁸ Cecília Hansen. Depoimento a Vinicius Faustino em 17 de maio de 2017.

⁹⁹ SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil – PCdoB: Propostas teóricas e prática política – 1962-1976. Dissertação de mestrado, Campinas/SP, IFCH/UNICAMP, 2000. p.215.

documento aprovado como resultado do congresso, composto por militantes exilados no exterior ou que estavam ali clandestinamente vindos de várias regiões do Brasil, possuía uma posição que se assemelha em muito com a atuação do partido dentro do Movimento do Custo de Vida, que afirma:

2) Dar maior ênfase à conquista da liberdade política mais completa possível, considerando ser, precisamente este, o conteúdo das três palavras-de-ordem acima referidas. É necessário ir conquistando na prática as liberdades, como o direito de greve, de organização, de reunião, sem esperar que o regime atual desapareça de todo. (...)

6) Unir as mais amplas forças políticas sociais em torno de bandeiras democráticas e populares, a fim de travar a luta contra o governo e o regime que ele representa. Propugnar a organização de uma ampla frente democrática em escala nacional, que agrupe todas as forças de oposição, e trabalhar pela sua concretização. Dentro dela, contribuir para articular e fortalecer a oposição popular como seu núcleo mais ativo e combater todas as restrições ao crescimento do movimento de massas ou as discriminações, tendo em vista unir a classe operária e despertar para a luta as grandes massas camponesas.¹⁰⁰

Um dos principais frutos desta relação com os militantes do partido se refere à transformação do caráter das reuniões internas e formações com essa politização se contrapondo à política clientelista algo que era característico das relações tradicionais entre as classes populares e as autoridades políticas¹⁰¹, se outrora, ainda com o Clube de Mães como principal referência, as reuniões eram baseadas em aprendizados de trabalhos manuais, com momentos de discussão a partir de textos religiosos sobre os problemas cotidianos que afetavam as mulheres que compunham essa articulação¹⁰², com o passar do tempo multiplicaram-se as atividades de educação popular com o tema da “carestia” e do “regime político”, tais como discussões a partir de materiais informativos, peças de teatro, atividades culturais, sessões de música, sempre em busca da compreensão das causas e soluções para enfrentar tais situações. Conforme Ana Dias explicita na fala abaixo:

¹⁰⁰ “Resoluções da VII Conferência do Partido Comunista do Brasil”. Apud SALES, Jean Rodrigues Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). História, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007, p.346 – 347.

¹⁰¹ SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.222

¹⁰² NAPOLITANO, Marcos. Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo (1977/1984). Curitiba: Juruá, 2002. p 66.

Nada desse movimento era separado dos políticos que iam talvez, né, dos estudantes, dos partidos. Que os partidos, todos eles tavam embutido dentro desses movimentos que eles eram os que trazia politicamente a orientação pra nós, sabe? E que nós era uma coisa boa pra gente também, porque eles nos, nos incentivavam, nos ajudava, nos... Sabe? Fortalecia com conhecimento, com estudo.¹⁰³

Além do mais, nas eleições de 1978, ano em que o MCV atingiu suas mobilizações de maior expressão no cenário da cidade, dois militantes do movimento que integravam sua coordenação, lançaram candidaturas e conseguiram se eleger com grande expressão, assim, como deputado estadual e deputado federal pela legenda do MDB em São Paulo. Este partido passou a ser visto, por parte dos movimentos sociais, como um canal institucional para expressar as críticas e as reivindicações sociais da época. Havia uma grande preocupação das lideranças partidárias para não cooptar as organizações sociais, mas respeitar suas práticas autônomas e apoiá-las de forma democrática, como afirmou o deputado Airton Soares, do MDB na época.¹⁰⁴ Dessa forma, na década de 1970, o MDB foi de grande importância para aumentar, de forma expressiva, a força das lutas sociais, tal qual afirma Patto:

(...) Em suma o MDB foi uma espécie de laboratório para os militantes de organizações políticas e de movimentos sociais, que à falta de outra opção institucional usaram o MDB para expressar sua insatisfação com o regime militar, bem como para divulgar suas propostas e popularizar suas lideranças.¹⁰⁵

Um dos referidos eleitos em 1978, era o operário Aurélio Peres, escolhido para deputado federal, sendo considerado o primeiro deputado do PCdoB eleito desde a sua fundação, em 1962. Mesmo acreditando que as eleições eram parte de uma “farsa democrática” do regime militar, o partido as entendia como um momento propício para efetuar a denúncia acerca das

¹⁰³ SILVA, Ana Maria do Carmo. Entrevista sobre a Catedral e a Praça da Sé no contexto da ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Karina Alves e Ana Paula Brito em 30/09/2014. p.10.

¹⁰⁴ PATTO, Rodrigo. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. Revolução e Democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil; v.3). p.297

¹⁰⁵ Ibid. p.300

graves violações cometidas pelo governo e, por isso, participou deste pleito em 1978.¹⁰⁶ Peres nos revela, em entrevista, que a coordenação do MCV conduziu e deu impulso para a sua candidatura como forma de chamar atenção das autoridades para a força da organização nas periferias da cidade de São Paulo:

Nunca imaginei ser deputado. Eu coordenava o Movimento do Custo de Vida em São Paulo, e foi ele que nos impulsionou a participar das eleições. O Movimento do Custo de Vida decidiu que iria lançar um candidato a deputado estadual e um ao cargo de deputado federal. (...) Eu respondia um processo porque havia sido preso em 1974. Tinha sido absolvido em primeira instância, mas havia recurso na segunda instância. Como o movimento não estava pensando em eleger, e sim participar e fazer um protesto, nós lançamos a candidatura assim mesmo. Se não fosse aprovada, a candidatura por si só já seria um protesto.¹⁰⁷

Irma Passoni também foi uma das eleitas que representou o movimento e outras organizações da periferia, conseguindo ocupar uma cadeira de deputada estadual no mesmo processo eleitoral. Entusiasta da criação do Clube de Mães, ela vinha se organizando com o MCV desde o seu início com o trabalho nas comunidades da região sul de SP, apoiada pela Igreja, dentro da qual já havia feito parte como freira do Instituto Beatíssima Virgem Maria de 1965 a 1971¹⁰⁸. Segundo Passoni, em entrevista à Folha de São Paulo, logo após o resultado das eleições, sua candidatura seria coletiva, tendo contato direto com as demandas das lutas sociais estabelecidas, como afirma: “Primeiro vamos reunir o pessoal e discutir com eles as prioridades e as formas de encaminhamento. (...) A atividade parlamentar para mim será apenas um complemento do trabalho de base que continuaremos a desenvolver, organizando o povo (...).”¹⁰⁹

¹⁰⁶ SALES, Jean Rodrigues Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). História, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007, p.345.

¹⁰⁷ VIEL, Mariana. Entrevista com Aurélio Peres ao Portal Vermelho, 14 de jan. de 2011. Disponível em <<http://www.grabois.org.br/portal/entrevistas/144436/2011-01-14/aurelio-peres-quantas-pancadarias-nos-evitamos-com-o-meu-simples-mandato>>. Acesso em: 13 set. 2018.

¹⁰⁸ Para uma biografia mais metódica sobre Irma Rosseto Passoni: Cf. Marcelo COSTA; SOUSA, Luis Otávio de. Irma Rosseto Passoni. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

¹⁰⁹ Jornal *Folha de São Paulo*, ano 57, São Paulo, 25 de novembro de 1978. Disponível em Acervo Folha.

Entretanto, por meio de relatos de militantes do MCV que não compunham os quadros do partido, esta decisão sobre as eleições de 1978 foi um processo bastante turbulento e permeado por discussões sobre o sentido desta estratégia, muitas lideranças ligadas às comunidades não assimilaram muito bem este movimento, bem como a Igreja ao se posicionar contrária a qualquer atrelamento entre as candidaturas e as ações do MCV. Muitos enxergavam um trabalho partidário se contrapondo ao que existia nas comunidades, contribuindo assim para o afastamento dos mesmos das decisões da organização.¹¹⁰ Como Monteiro analisa, esse processo eleitoral “tornou real a situação de um movimento até então declarado como “não-político” ter duas de suas principais lideranças ocupando cargos na política partidária tradicional.”.¹¹¹

Este processo de cisão dentro da coordenação do Movimento suscitou a transformação da nomenclatura do Movimento do Custo de Vida (MCV) para Movimento Contra a Carestia (MCC) capitaneado pelos membros do Partido Comunista do Brasil, no início de 1979. Cecília Hansen reflete sobre essa fase da organização e nos revela um esvaziamento por parte das lideranças que constituíram a origem do MCV, como as mães da periferia, nos espaços de deliberações centrais, que com a expansão dos agrupamentos pela cidade acabou se distanciando das bases e comunidades:

(...) começaram a marcar reuniões do movimento a noite no centro da cidade. Aí você imagina... nós da periferia sair a noite, a violência já tava começando, alguns bairros não tinham iluminação, muitos maridos também não deixavam as mulheres saírem de casa à noite. Então, poucos de nós íamos para essas reuniões e aí sempre perdíamos as votações nas reuniões. (...) a troca do nome para "Movimento Contra a Carestia" foram eles que fizeram. Eles tinham muito mais força do que nós, eles tinham imprensa, dinheiro para impressões, eles tinham o aparelho do partido.¹¹²

Dessa forma, houve uma inversão dos princípios preceptores do MCV, no qual antes era valorizada a politização das bases e do cotidiano das populações periféricas, e, posteriormente

¹¹⁰ DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. O Protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo 1972-1988. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018. p.154-155.

¹¹¹ MONTEIRO, Thiago Nunes. “Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2015. p.103.

¹¹² Cecília Hansen. Depoimento a Vinicius Faustino em 17 de maio de 2017.

se viu estabelecer uma tentativa de política de massas tradicional, suprimindo uma participação concreta das comunidades nos rumos que o movimento tomaria, tornando-se mais uma frente de trabalho do PCdoB. Conforme ressalta Monteiro:

O tripé sobre o qual se edificava essas relações (morar ou desenvolver sua atuação no bairro; participação efetiva das bases nas decisões; predomínio da linguagem popular nas reuniões e no material produzido pelo movimento) vinha sendo desequilibrado, desde 1977, com a entrada no movimento, de pessoas que não desenvolviam trabalhos de base nos bairros, e também com a redução da coordenação a um espaço de debates e reflexões onde passou a predominar uma linguagem de difícil acesso (o “jargão sociológico”) para as representantes da periferia.¹¹³

Além destas duas principais forças que constituíram o Movimento do Custo de Vida, também pudemos notar uma forte ligação entre a organização e agrupamentos sindicais, centrada principalmente na figura dos militantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM - SP). Santo Dias¹¹⁴ e Aurélio Peres foram as principais figuras que fizeram a intermediação dessas relações entre as mulheres das periferias e os operários das fábricas.

Diversos materiais e relatos analisados em nossa pesquisa dão conta desses vínculos. Podemos notar que as pautas do Movimento do Custo de Vida convergiam, em muitas vezes, com as campanhas realizadas pelos sindicalistas, principalmente no tocante às perdas salariais desde 1973, com a adulteração dos dados da inflação pelo ministro da fazenda e reveladas pelos estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, como vimos no capítulo anterior.

Outro elemento que uniu os dois agrupamentos se refere às campanhas de abaixo-assinado que o MCV realizou durante boa parte da sua trajetória. Era bastante comum que esses documentos “(...) fossem subscritos tanto nos espaços organizados pela direção dos sindicatos

¹¹³ MONTEIRO, Thiago Nunes. “Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2015. p.106.

¹¹⁴ Santo Dias da Silva era um trabalhador metalúrgico casado com Ana Dias, liderança do MCV. Foi membro da Pastoral Operária e um dos líderes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Ao fixar residência na Zona Sul de São Paulo, contribuiu para a organização das comunidades da região, bem como para a constituição e atuação do Movimento do Custo de Vida. Foi morto pela Polícia Militar, em 1979, ao participar de um piquete de greve na fábrica Sylvânia, região da Capela do Socorro, zona sul de São Paulo. Cf. DIAS, L.; AZEVEDO, J.; BENEDICTO, N. Santo Dias: quando o passado se transforma em história. São Paulo: Cortez, 2004.

quanto nas Comissões de Fábrica – que passavam, clandestinamente, às vezes, as listas de assinaturas em suas seções, refeitórios, vestiários e nas horas de descanso.”¹¹⁵.

No ano de 1978, essa cooperação se tornou ainda mais forte com a grande campanha contra a carestia realizada pela organização. A Oposição Metalúrgica foi uma grande apoiadora do ato realizado na Sé, assim como de todo o preparo e esteve presente na Assembleia no Colégio Arquidiocesano na qual houve o lançamento do “Dia Nacional contra o Aumento do Custo de Vida” e do abaixo-assinado que contou com mais de um milhão de assinaturas. Sobre este processo, um integrante da OSM-SP relata: “Muita gente que participa da oposição divulgou a Assembleia, através de distribuição de folhetos nas fábricas (...). Divulgamos porque é uma bandeira de oposição, que levanta palavra de ordens justas, como o congelamento dos preços e abono salarial de 20%.”¹¹⁶.

No dia 1º de maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, o MCV, dando sequência à divulgação de sua campanha, lançou um panfleto em solidariedade aos atos de comemoração da data, retomando as ligações entre o problema da carestia e o movimento operário, como podemos evidenciar:

No 1º de Maio, um dia de organização e luta, nós do Movimento do Custo de Vida nos manifestamos contra a carestia que é um problema que atinge a todos os trabalhadores devido aos baixos salários. (...) Hoje, mais de 50% dos trabalhadores brasileiros ganham um salário mínimo. Com esse salário temos que sustentar nossas famílias, comer, beber, vestir, comprar remédios, (...) e muitas outras despesas, o que é impossível. (...) O MCV, que reúne principalmente trabalhadores e donas de casa, se une a luta de todos os trabalhadores por um mundo melhor, com justiça, igualdade e liberdade, onde possamos decidir livremente sobre nossos destinos (...).¹¹⁷

Esta relação também se extenuou após o período de esvaziamento das bases do MCV e transformação em MCC, assim como da ascensão da luta do movimento sindical, protagonizados a partir das jornadas de greves dos trabalhadores de 1978-1980, principalmente

¹¹⁵ MONTEIRO. Thiago Nunes. “Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2015. p.90.

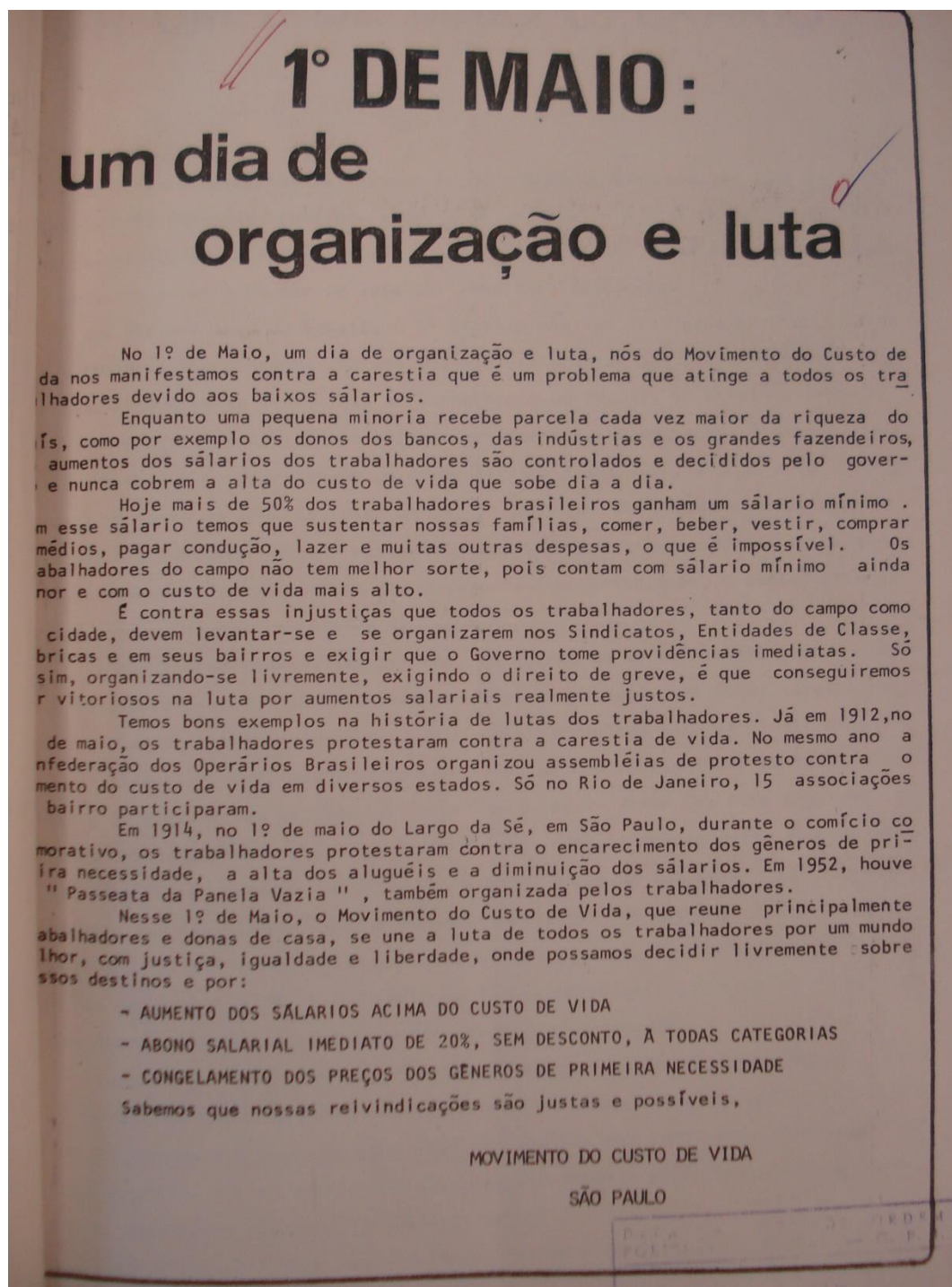
¹¹⁶ Entrevista com membro da Oposição Sindical Metalúrgica – São Paulo sobre o Movimento do Custo de Vida. Jornal Viragem nº2 – Abril de 1978. Acervo CPV Vergueiro.

¹¹⁷ Panfleto do Movimento do Custo de Vida, 1º de maio de 1978. Arquivo Público do Estado de São Paulo. (50 Z-130-4856).

na região do ABC Paulista e zona sul de São Paulo. Apesar disso, encontramos vestígios do importante papel que as mulheres da periferia, integrantes do MCV, tiveram na arrecadação de alimentos e fundos para os grevistas¹¹⁸, contribuindo para impedir um esmorecimento das lutas operárias com todas as dificuldades impostas pelos patrões e agentes repressivos da ditadura.

¹¹⁸ MONTEIRO. Thiago Nunes. “Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2015. p.90.

Figura 05 – Panfleto do MCV sobre o 1º de maio de 1978. Arquivo Público do Estado de São Paulo.



CAPÍTULO 4. AS MULHERES EM AÇÃO: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA

“Acende a luz Maria
Venha ver o Movimento do Custo de Vida hoje
O povo, o sofrimento
Reunidos em uma só voz (...)
Acende a luz Maria
Tira nós da escuridão
A luz do movimento ilumina
Pra clariar a situação”
 (Trabalhador anônimo) ¹¹⁹

Um dos mais importantes resultados em que chegamos com o desenvolvimento desta monografia refere-se à compreensão da participação substancial das mulheres no Movimento do Custo de Vida, além de sua importância para a formação e a constituição das ações do movimento.

Alguns impasses envolveram a participação dessas mulheres na mobilização, tais como: as tensões causadas pelo machismo arraigado na sociedade da época; dificuldades financeiras e a sua dependência econômica; a responsabilização social exclusiva a este grupo no que se refere à criação dos filhos e aos cuidados domésticos; o ambiente da militância política, predominantemente masculino; entre outras tensões enfrentadas pelas militantes que desafiaram os preceitos de gênero presentes naquela sociedade autoritária e conservadora, para que pudessem se colocar contra a carestia. ¹²⁰ Essas dificuldades sobre a inserção das mulheres

¹¹⁹ Poesia *Acende a Luz Maria* (A escrita se manteve fiel à do documento). Apud Boletim do Movimento do Custo de Vida – Estado de Goiás. Goiás: Ano I, 1978. Acervo Centro Pastoral Vergueiro. p.4.

¹²⁰ Um comparativo interessante que pode ser estabelecido entre a organização do MCV e à formação histórica das lutas sociais no Brasil, refere-se às greves e revoltas ocorridas em 1917. Esse período foi caracterizado pela importância do protagonismo das mulheres e das comunidades dos bairros, além da importância da pauta da carestia como impulsionadora das mobilizações, assim como é o caso da atuação do Movimento do Custo de Vida. De acordo com a reflexão da historiadora Joana Dias Pereira, devemos ressaltar a importância do papel das mulheres, nesse período, em torno da “gestão das redes de reciprocidade, familiares e de vizinhança, que muito embora assumissem um carácter informal, tiveram um papel central como recurso organizacional primário.” (p.3). Além disso, Pereira ressalta que esse período é marcado por um momento de exceção das organizações políticas tradicionais, no qual há o surgimento de novos sujeitos políticos, do mesmo modo como se deu a formação do MCV: “quando os canais tradicionais de protesto foram bloqueados ou atrofiados, outros tipos de relações entre os actores sociais foram chamadas a desempenhar o papel das organizações políticas.” (p.12). Ademais, podemos

da periferia na vida política estão presentes neste trecho da entrevista com a Ana Dias, militante do MCV e do Clube de Mães:

Os primeiros trabalhos foi fazer com que a mulher saísse de dentro de casa, né, que a mulher participasse da sociedade, que a mulher participasse de discussão, que participasse de política. E política era uma palavra, assim, que a gente achava que tinha que ser feito pelo homem ou feito por, por, por pessoas estudadas, que nós não tínhamos, assim, essa liberdade e essa autoridade de chegar a fazer uma política.¹²¹

Esse fenômeno tem origem na formação do movimento a partir do Clube de Mães, no qual as mulheres se organizavam nos bairros da região sul para “trocar experiência, aprender algumas coisas e ensinar também”.¹²² Os agrupamentos serviam como um espaço de reflexão sobre o papel da mulher na sociedade contemporânea e as dificuldades que essas enfrentavam em casa e no cotidiano periférico; além de incentivar a participação feminina nas questões sociais e políticas, tal como o fomento de diversos movimentos populares que surgiram com base nos clubes e comunidades em que elas atuavam, do mesmo modo como foi o processo do Movimento do Custo de Vida e da luta por creches em São Paulo. Eder Sader aponta para três principais motivadores da formação destes grupos, dos quais compartilhamos durante as investigações da nossa pesquisa e se revelaram fundamentais para a compreensão do papel das mulheres nestas organizações, são eles:

Em primeiro lugar, para muitas tratou-se simplesmente de achar um lugar onde se encontravam com outras donas-de-casa, podendo conversar, comentar a novela, os filhos (...). Trata-se da extensão do mundo feminino, tal como

ressaltar a reflexão da professora Edilene Toledo sobre o cerne das manifestações desse período, que reforçam esse cenário de aproximação com as atividades do MCV: “É certo que essas greves e revoltas não foram explosões repentinas de desespero. Os trabalhadores e as lideranças calculavam os riscos e os limites da negociação. As ‘revoltas da fome’ ocorreram em comunidades com fortes relações de reciprocidade horizontal, de parentesco, de vizinhança e de locais de trabalho.” (p.510). Cf. PEREIRA, Joana Dias. O ciclo de agitação social global de 1917-1920, *Ler História* [Online], 66, 2014, pp.1-15; TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estud. hist.* (Rio J.) [online]. 2017, vol.30, n.61, pp.497-518.

¹²¹ SILVA, Ana Maria do Carmo. Entrevista sobre a Catedral e a Praça da Sé no contexto da ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Karina Alves e Ana Paula Brito em 30/09/2014. p.4.

¹²² Documento “O que é o Clube de Mães” – Pasta *Clube de Mães*. Centro de Documentação e Memória da UNESP.

constituído no espaço familiar. (...) Em segundo lugar, foi a busca de uma alternativa a uma rotina opressiva. (...) é a vida privada como provação. E a busca de um alargamento das experiências, do mundo. Em terceiro lugar, temos as razões de ordem instrumental: o simples interesse num curso de gestantes, ou de crochê (...).¹²³

Os Clubes de Mães, que depois passaram também a ser denominados como Grupos de Mulheres¹²⁴, integravam os trabalhos comunitários da Igreja Católica nas regiões periféricas e possuíam relação direta com as paróquias e seus membros eclesiais - como freiras e padres - por meio das Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais, como verificado no capítulo anterior. É possível afirmar que o engajamento católico colaborou para a adesão destas mulheres donas-de-casa e periféricas às lutas sociais, pois “a fé passou a ter para essas mulheres uma ligação profunda com a transformação da realidade em que viviam, ou seja, ajudavam-nas a superar todas as formas de opressão para alcançar a dignidade humana.”¹²⁵

A partir da década de 1970, é possível notar um crescimento destes agrupamentos e há também o início de uma maior articulação entre elas organizadas por “elas mesmas”¹²⁶, possibilitando a troca de experiências das dificuldades e enfrentamentos das mais diversas regiões da Zona Sul. Dessa forma, a organização do Movimento do Custo, durante sua articulação nascente, se valeu da coordenação e organização que os Clubes de Mães já possuíam. As mazelas partilhadas entre estas contribuíram para a construção de uma identidade coletiva, como ressalta Diniz:

O processo de sociabilidade, de construção de uma identidade coletiva foi sendo construído por mulheres que muitas vezes sofriam as mesmas angústias e dilemas em relação à vida. A pobreza, a falta de perspectiva profissional, as dificuldades da vida cotidiana agravada por uma rotina doméstica, muitas vezes, alienante, os maus tratos do marido, enfim todos esses aspectos em

¹²³ SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 205-206.

¹²⁴ Cecília Hansen. Depoimento a Vinicius Faustino em 17 de maio de 2017.

¹²⁵ DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. O Protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo 1972-1988. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018. p.116.

¹²⁶ Frase muito utilizada em documentos e relatos dessas mulheres militantes dos Clubes de Mães e do Movimento do Custo de Vida.

comum contribuíram para o processo de emancipação ainda que lento dessas mulheres.¹²⁷

O cotidiano destas mulheres era, sobretudo, no espaço privado do lar, em uma tradicional divisão do trabalho e da vida social da época. Para elas estava delegada a função de cuidar das tarefas domésticas e das crianças. O engajamento das mesmas no MCV ressignificou os limites deste ambiente privado e individual e fez com que essas mulheres se descobrissem como sujeitos políticos no espaço público e coletivo, passando a ocupar locais tradicionalmente reservados aos homens militantes. Dessa forma, “ao se tornarem sujeitos coletivos, modificam-se as relações de poder, e como este não se apresenta de forma estática, se transforma e circula entre masculinos e femininos, tanto na casa como nos espaços públicos.”¹²⁸

Tal condição aparece constantemente nos documentos públicos do movimento, essa posição de mãe e responsável pelo mundo particular da casa era reivindicada pela ação do movimento, por ser uma autoridade moral, como percebemos na primeira carta pública que originou a mobilização do MCV, em 1973: “As mães da periferia de São Paulo, que mais sentem a realidade da vida (...) fazemos um apelo aos senhores que tomem providência no sentido de resolver a carestia de vida e aumentar os salários”¹²⁹. Na segunda carta pública, em 1975, essa posição também era ressaltada até como forma de legitimar as pautas da organização, quando destacavam que “(...) mais do que ninguém sentimos os preços altos dos alimentos (...). Estamos cansadas desta exploração.”¹³⁰. Posto isso, é evidente que as reivindicações embrionárias do Movimento do Custo de Vida surgem desse espaço doméstico privado que as mulheres ocupavam majoritariamente e trazem à tona as contradições econômicas do regime naquele período, da mesma maneira que afirma Blay:

Reivindicando a garantia de sobrevivência do espaço doméstico, as mulheres tiveram que agir contra a desigual distribuição de bens de consumo coletivo.

¹²⁷ DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. Gênero e a História Social das Mulheres: O Surgimento do Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. V Simpósio Internacional em Educação Sexual, 2017. p.2.

¹²⁸ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. Da guerrilha à Imprensa Feminista: A construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013. p.190.

¹²⁹ Carta das Mães da Periferia, em 23 de outubro de 1973 – São Paulo. Centro de Pesquisa Vergueiro (Doc. 002_2, Fundo ECO_PRE, CPV). Apud MONTEIRO. Thiago Nunes. “Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2015.

¹³⁰ II Carta elaborada pelas mães da periferia do MCV – Ano Internacional da Mulher, novembro/1975. Apud AZEVEDO, Jô; DIAS, Luciana.; BENEDICTO, Nair. Santo Dias: quando o passado se transforma em história. São Paulo: Cortez, 2004. p.170.

Ao questionar as decisões do poder, os movimentos de mulheres saíram do âmbito doméstico e passaram a lutar por uma nova ordem de prioridades nos investimentos públicos. Do espaço doméstico as mulheres passaram a agir contra as decisões do poder.¹³¹

Ademais, a participação expressiva das mulheres nos movimentos de bairro na década de 1970, como é o caso do Movimento do Custo de Vida, pode ser explicada pela atuação direta destas personagens nos problemas cotidianos dos bairros. Enquanto os homens que moravam nesses bairros, preponderantemente, trabalhavam nas fábricas e se organizavam por meio da luta sindical, as mulheres se organizavam a partir das comunidades, pois como retrata Gohn

É ela quem participa mais ativamente da vida do bairro; e a ela cabe articular as diferentes práticas do cotidiano em formas que se traduzam em condições de sobrevivência (...); todo o conjunto de serviços necessários à sobrevivência no urbano, acrescido da questão básica, fundamental: o salário.¹³²

Outrossim, em 1975, foi proclamado o Ano Internacional da Mulher, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Este evento gerou grande articulação das mulheres na cidade de São Paulo em torno das pautas do cotidiano feminino, por meio de encontros e ações organizados por agrupamentos de bairros, como as Sociedades Amigos de Bairros (SABs), que levantaram diversas problemáticas, principalmente relacionadas à assistência materno-infantil.¹³³ E o Movimento do Custo de Vida, em consonância com toda essa movimentação e integrando-se com as pautas dos movimentos de mulheres de São Paulo, também fez parte das discussões dessa articulação e destacaram tal data em um documento público encaminhado às autoridades contra a carestia no mesmo ano. Além do problema central levantado pela organização, que era a carestia, neste documento temos, como uma das principais pautas, a reivindicação por escolas e creches para os filhos das mães da periferia, na qual destacamos:

¹³¹ BLAY, Eva Alterman. A participação das mulheres na redemocratização in FLEISCHER, David (Org.). Da distensão à abertura: as eleições de 1982. Brasília: Editora UnB, 1988. p.191

¹³² GOHN, Maria da Glória Marcondes. A força da periferia – a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1985. p.173.

¹³³ SINGER, Paul. O feminino e o feminismo. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira. (Orgs.). São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1982. p. 85.

Sendo o Ano Internacional da Mulher, nós mulheres de São Paulo nos unimos e fizemos uma pesquisa sobre o custo de vida, porque esse é um dos principais problemas do povo brasileiro. (...) Para aguentar esta situação, nós mulheres queremos e precisamos trabalhar, mas não temos creches para deixar nossos filhos e eles ficam ou trancados dentro de casa, se queimando, se machucando, comendo sujeira, ou soltos na rua sem nenhuma proteção correndo o risco de ser marginais.¹³⁴

Eram comuns, por parte dos movimentos e apoiadores, as tentativas de integração dos maridos nas atividades destas organizações, como forma de amenizar possíveis conflitos conjugais causados pelo machismo arraigado e pelas tradicionais relações matrimoniais mantidas naquele período.¹³⁵ Porém, tal tarefa não era de fácil compreensão por parte dos homens, que, constantemente, colocaram-se contra a participação destas mulheres nas lutas sociais, e, por conseguinte, contrários ao fato delas se manterem em uma posição ativa em espaços públicos. Relatos dessas situações são comuns entre as militantes que participaram do MCV, como no seguinte excerto do depoimento de Cecília Hansen:

Tem até uma história que eu me lembro bem: era uma mulher do bairro que atuava conosco nos grupos, e teve uma vez que teria uma reunião do movimento marcada no centro, aí ela foi com o marido. Durante o caminho, o marido falou para ela não falar, pois ela não sabia falar, aí quando ela chegou à reunião já foi logo pegando o microfone e falou...¹³⁶

Estes papéis públicos e políticos desempenhados pelas mulheres do MCV representaram uma série de quebra de paradigmas e, reiteradas vezes, gerou tensões no seio familiar destas militantes, na qual “tiveram de enfrentar situações de conflito no relacionamento com seus maridos e companheiros, o que resultou, para muitas mulheres, em processos de separação

¹³⁴ II Carta elaborada pelas mães da periferia do MCV – Ano Internacional da Mulher, novembro/1975. Apud AZEVEDO, Jô; DIAS, Luciana.; BENEDICTO, Nair. Santo Dias: quando o passado se transforma em história. São Paulo: Cortez, 2004. p.170.

¹³⁵ DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. O Protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo 1972-1988. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018. p. 100.

¹³⁶ Cecília Hansen. Depoimento a Vinicius Faustino em 17 de maio de 2017

conjugal.”.¹³⁷ Diversas mulheres também conseguiram resistir a todas essas dificuldades e conseguiram construir uma vida aprazível com a sua família.

O Movimento do Custo de Vida teve um papel relevante para colaborar com a participação destas mulheres na luta social e por seus direitos, contribuindo para a politização do debate sobre o cotidiano feminino periférico e os problemas sociais enfrentados durante esse cenário de regime militar. Por conseguinte, como afirma Evers: “as mulheres saíram dos trabalhos de casa, para aprender e ensinar coisas novas: ir para as portas de fábrica apoiar greves, ir de porta em porta conversar com o povo, falar com as autoridades, falar em grandes assembleias, coordenar trabalhos, etc.”.¹³⁸ Podemos destacar a importância da constituição do MCV para a vida delas a partir do relato da irmã Cecília, quando nos evidencia que

E o que mais sentíamos era que as mulheres não se valorizavam. Essa autoestima estava totalmente abafada, mas com o Movimento do Custo de Vida... elas saíam de casa, saíam um pouco das quatro paredes, elas começaram a se valorizar, a fazer coisas, a achar importantes coisas para além da rotina doméstica, e isso foi muito importante. Criou uma grande consciência. Foi um ponto muito positivo do nosso trabalho. E até hoje elas estão engajadas em lutas.¹³⁹

A mãe da periferia, ao se impor no cenário político durante o regime militar, construiu um novo espaço público urbano de reivindicações, de forma a garantir e “exercer em plenitude” sua cidadania. Assim sendo, é possível corroborar com a seguinte asserção: “(...) ao privilegiar a voz dessas mulheres que são mães, donas de casa e moradoras da periferia, podemos enfatizar (...) os principais atores nos movimentos populares dos anos 1970 e 1980 eram, de fato, atrizes.”.¹⁴⁰

¹³⁷ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. Da guerrilha à Imprensa Feminista: A construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013. p.190.

¹³⁸ EVERS, Tilman. “Os movimentos sociais urbanos: o caso do movimento do custo de vida”. In: MOISÉS, J. et al. Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80. Petrópolis: Vozes/Cedec, 1982. p. 95.

¹³⁹ Cecília Hansen. Depoimento a Vinicius Faustino em 17 de maio de 2017.

¹⁴⁰ MONTEIRO. Thiago Nunes. “Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2015. p. 31.

Figura 06 – II Carta sobre o Custo de Vida - Ano Internacional da Mulher, 1975. Centro Pastoral Vergueiro.¹⁴¹

C A R T A S O B R E O C U S T O D E V I D A

Ilmos. Srs. Presidente da Republica, Deputados Estaduais, Senadores, Governador, Vereadores, Prefeito, outras Autoridades e Povo em geral.

Somos mães de família em desespero e mais do que ninguém sentimos os preços altos dos alimentos, remédios, frutas, escola, roupas, sapatos, condução e aluguel de casa. Estamos cansados desta exploração.

Há muitas crianças por aí mal alimentadas, por isso fracas, sem poder estudar por causa da alta do custo de vida, do salário baixo e falta de vagas nas escolas.

Sendo o Ano Internacional da Mulher, nós mulheres de São Paulo nos unimos e fizemos uma pesquisa sobre o custo de vida, porque esse é um dos principais problemas do povo brasileiro.

O resultado de 2.000 pesquisas feitas por nós mostrou que nos bairros onde moramos, as famílias têm pouco mais que 5 pessoas em média, sendo que 2 trabalham e ganham juntas \$ 1.688,53 por mês. Só com comida, gas e sabão a família gasta \$ 992,29. Com o que sobra temos que pagar: roupa, casa, condução, remédio, material de limpeza e de escola. Desse jeito não dá mesmo.

O salário é arrochado e o custo de vida sobe sem parar. De agosto de 1974 a agosto de 1975, só a comida subiu 49 %. Para conseguir sobreviver, o pai é obrigado a trabalhar quase dia e noite, faz muita hora extra e quase não vê a família. Também a mãe trabalha, muitos filhos em idade escolar têm que fazer biscoitos como: carreto na feira, engraxar sapato, vender bugigangas na rua em vez de ir à escola, e isto tudo está prejudicando nossas famílias.

Por isso, resolvemos lembrar às autoridades para controlar o aumento do custo de vida e aumentar o salário de acordo com as necessidades das famílias dos trabalhadores.

Para aguentar esta situação, nós mulheres queremos e precisamos trabalhar, mas não temos creches para deixar nossos filhos e eles ficam ou trancados dentro de casa, se queimando, se machucando, comendo sujeira ou soltos na rua sem nenhuma proteção correndo o risco de ser marginais.

E olha, não é por falta de procurar. Sabemos que em alguns bairros, já têm creches da Prefeitura; em muitos outros, vários grupos de mães já tentaram por todos os meios possíveis conseguir creche sem resultado algum.

Por tudo isto, nós abaixo-assinados, reivindicamos:

- controle do custo de vida
- melhores salários
- creches e escolas para os nossos filhos

São Paulo, Ano Internacional da Mulher, novembro de 1975

¹⁴¹ Apud MONTEIRO. Thiago Nunes. "Como pode um povo vivo viver nesta carestia": O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2015.

CAPÍTULO 5. O POVO NÃO É CULPADO: A REPRESSÃO DO ESTADO E O MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA

“Até o presente, não se dispõe de outros dados sobre a amplitude do movimento em questão. Todavia, se houver um apoio substancial das entidades e movimentos acima mencionados (...) admite-se que o ‘Movimento do Custo de Vida’ venha a se constituir em mais uma frente de oposição ao Governo.”

Trecho extraído de documento de investigação do Departamento de Polícia sobre o Movimento do Custo de Vida, em outubro de 1977.¹⁴²

Uma grande parte do conjunto documental selecionado para a nossa pesquisa consiste na documentação presente no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), no Arquivo Público do Estado São Paulo, local em que pudemos mapear grande parte das informações da polícia política sobre o MCV e as suas ações, assim como analisá-las. O DEOPS, em conjunto com o Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna (DOI - CODI) a partir da década de 1970, abrigava, entre outros departamentos, a Delegacia de Ordem Política e a Delegacia de Ordem Social que era:

(...) responsável por investigar todos os tipos de movimentos sociais, como greves, campanhas contra a carestia, associações de amigos de bairros, bem como fiscalizar a ação dos sindicatos e dos trabalhadores organizados, produzindo inquéritos, relatórios e prontuários de presos e investigar os movimentos nas cidades do interior do estado de São Paulo.¹⁴³

Ao examinarmos o acervo documental repressivo referente ao Movimento do Custo de Vida, percebemos uma efetiva vigilância das atividades e relações que a organização estabelecia, assim como o patrulhamento de seus militantes. Encontramos relatórios realizados por agentes infiltrados em atividades do MCV, recortes de jornais com as movimentações do agrupamento e entrevistas de militantes, além de materiais do próprio movimento arquivados

¹⁴² Dossiê DEOPS sobre “Movimento Contra a Carestia”. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹⁴³ CORRÊA, Larissa Rosa. “O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo.”.in *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 33, out. 2008.

como forma de criar provas circunstanciais. Em um relatório de investigação elaborado ao dia 19 de fevereiro de 1978, sobre uma reunião do MCV realizada na Vila Brasilândia, um agente infiltrado atesta detalhes acerca da atividade:

(...) deu-se o lançamento do Abaixo Assinado contra o Custo de Vida, com a presença de aproximadamente 350 pessoas, em sua maioria, trabalhadores, bem como do Sr. Benedito Cintra, suplente de vereador do MDB. Além do Sr. Salvador Pires, presidente da Frente Nacional do Trabalho, falou o Sr. Aurelio, membro da Coordenação Freguesia do Ó do Movimento do Custo de Vida (...). Houve ainda a informação de que cada representante de bairro (...) fará a coleta das assinaturas de todas as maneiras possíveis.¹⁴⁴

Tal método fazia parte da organização militar de infiltração nos movimentos populares de modo que conseguissem sistematizar o maior número de informações possíveis sobre as ações realizadas, assim como os membros envolvidos. Destarte, esse processo estava inserido em uma lógica militar de conhecer o “inimigo” profundamente, facilitando a sua obliteração. De acordo com a reflexão de Resende: “os órgãos de informação encaravam essa tarefa como uma ação ‘preventiva’. Esta técnica consistia basicamente em suspeitar de todos, daí presume-se a necessidade de coletar e arquivar todo e qualquer dado obtido no processo de investigação”.¹⁴⁵

Conforme nos foi relatado pela entrevista com Cecília Hansen, militante do MCV, a organização sempre se manteve atenta à tal conjuntura de vigilância e repressão do Estado Militar naquele período. Mesmo sem uma intervenção direta da polícia política, as integrantes do movimento tomavam diversos cuidados em relação à segurança, tais como:

Nas nossas reuniões, nós ficávamos na porta e só deixávamos entrar quem era conhecido. Nós sempre éramos vigilantes, até os papéis do movimento sempre escondíamos. Todos os documentos. A gente tinha medo de alguém descobrir. (...) Todo o conjunto causava esse medo.¹⁴⁶

¹⁴⁴ MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA: Fichas Remissivas. Arquivo Público do Estado de São Paulo. nº.2.

¹⁴⁵ RESENDE, Pâmela de Almeida. “Visita ao Centro da Mentalidade Autoritária”: os registros do DEOPS/SP e a luta dos movimentos pela anistia no final da década de 1970. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 54, jun. 2012. p.3.

¹⁴⁶ Cecília Hansen. Depoimento a Vinicius Faustino em 17 de maio de 2017.

Ana Dias também relata este processo de medo e medidas preventivas por conta deste cenário de vigilância: “(...) teve uma pessoa que foi presa e ela pediu pra gente: ‘por favor, some com essas cartas de dentro de casa porque é um perigo.’ Se caso, por exemplo, de repente, tinha uma batida na minha casa, porque a gente já era militante, né? E se tivesse um papel desse?”¹⁴⁷. Outro ponto importante que nos foi revelado em entrevista com a freira Hansen, era a preocupação das ativistas das comunidades com os materiais das organizações clandestinas que se opunham ao regime, bem como os partidos políticos que, de certa maneira, eram mais visadas pelo aparato repressivo.¹⁴⁸

Essa cultura de segurança era realmente válida e bastante importante para a segurança das militantes da organização. Em um dossiê nomeado como “Movimento Contra a Carestia”¹⁴⁹, nós encontramos uma extensa compilação de diversos documentos policiais em que constavam boa parte das atividades públicas do MCV entre os anos de 1977 e 1978, período em que a organização alcançou sua maior expressão no cenário das lutas sociais na cidade de São Paulo.

Outrossim, consta em um dos documentos mais emblemáticos sobre a organização, uma análise do departamento de polícia sobre o boletim do MCV do mês de outubro de 1977, no qual os investigadores demonstravam uma grande preocupação com a amplitude que o movimento poderia alcançar, em decorrência de conseguirem apoio de entidades progressistas e setores de esquerda, ampliando o alcance da sua base social. Este diagnóstico, de certo modo, justificou o aumento da vigilância às atividades realizadas pela organização. O referido dado é relevante para entender como se dava o papel do patrulhamento sobre o MCV, haja vista que suas atividades estavam sendo monitoradas para evitar uma constituição de oposição ao regime, fazendo uma distinção da atuação de grupos sociais organizados entre luta econômica e luta política, assim como pontuam no relatório:

(...) se houver um apoio substancial das entidades e movimentos acima mencionados, bem como o Cardeal Arns, impulsionador de setores esquerdistas e contestadores, admite-se que o “Movimento do Custo de Vida” venha a se constituir em mais uma frente de oposição do Governo.¹⁵⁰

¹⁴⁷ SILVA, Ana Maria do Carmo. Entrevista sobre a Catedral e a Praça da Sé no contexto da ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Karina Alves e Ana Paula Brito em 30/09/2014.p.7.

¹⁴⁸ Cecília Hansen. Depoimento a Vinicius Faustino em 17 de maio de 2017.

¹⁴⁹ Dossiê DEOPS sobre “Movimento Contra a Carestia”. Arquivo Público do Estado de SP. 159 p.

¹⁵⁰ Dossiê DEOPS sobre “Movimento Contra a Carestia”. Arquivo Público do Estado de SP. p.69.

Esta análise era referendada por outras figuras do governo, como é o caso do deputado federal Cantídio Nogueira Sampaio, vice-líder do partido ARENA na Câmara, que creditava um caráter comunista e subversivo ao MCV, e por isso deveria ser combatido efetivamente. Podemos evidenciar tal teor em um trecho de seu discurso:

É evidente que este é um movimento manifestamente de caráter comunista; são agitadores profissionais que estão procurando tirar partido das condições econômicas, dos conflitos, das contradições, para procurar pôr o governo na parede. (...) engendrado por padres e por agitadores profissionais, que hoje infestam não só São Paulo, como todas as nações do mundo.¹⁵¹

Ademais, também foi possível encontrar em muitos documentos policiais um detalhamento sistemático de informações, ações e pessoas presentes em reuniões públicas do movimento, bem como informações tocantes à atuação do MCV e sua campanha política pública de maior expressão no ano de 1978, que angariou mais de 1 milhão de assinaturas e culminou em um grande protesto realizado na Praça da Sé, que contou com cerca de 20 mil pessoas presentes.

Decerto, a atuação do regime militar no dia 27 de agosto de 1978 foi o caso mais representativo das políticas repressivas contra o Movimento do Custo de Vida, que teve início mesmo antes da manifestação de rua organizada pelo grupo. Durante a pesquisa, deparamo-nos com diversos relatórios policiais que abordavam a vigilância sobre as ações de propaganda e agitação que os militantes do movimento fizeram durante a construção desse dia e notamos uma evidente preocupação policial com toda essa movimentação. Ao longo das coletas públicas de assinaturas para o abaixo-assinado do ano corrente, conviviam-se com o patrulhamento das autoridades, empenhadas em dimensionar as articulações da organização, como foi constatado neste estudo por meio de diversas fotos policiais sobre as referidas campanhas e de relatos dos investigadores, assim como exposto no seguinte documento: “Nesta manhã, alguns indivíduos realizaram trabalho de coleta de assinaturas em abaixo-assinado sobre o Movimento do Custo de Vida e distribuíram folhetos explicativos a respeito no interior do Metropolitano Paulista.”¹⁵²

¹⁵¹ “Entrevista com o deputado Cantídio Sampaio”. Apud EVERS, Tilman. “Os movimentos sociais urbanos: o caso do movimento do custo de vida”. In: MOISÉS, J. et al. Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80. Petrópolis: Vozes/Cedec, 1982. p. 87.

¹⁵² Fotos de Coletas públicas MCV e relatórios. Arquivo Público do Estado de São Paulo. (50 Z – 0 – 14685).

Por esse ângulo, um dos documentos que mais nos chamam a atenção é o relatório respectivo ao Ato Religioso em comemoração ao dia 1º de maio de 1978, realizado na Igreja do Cangaíba, com o mote da campanha do MCV e a coleta de assinaturas para o abaixo-assinado contra a carestia. É possível inferir que houve uma determinação da Delegacia de Ordem Social para acompanhamento das atividades relacionadas ao Dia Internacional do Trabalhador nas Igrejas que possuíam relações com as atividades do movimento, em conformidade com os relatórios encontrados das reuniões realizadas, no mesmo período, nas regiões do Cangaíba, São Miguel Paulista e Vila das Mercês. Como é possível salientar:

Conforme determinação de V. Sa., dirigi-me juntamente com minha equipe a Igreja do Cangaíba, sito a Av. Cangaíba, altura do nº 2400, onde havia uma reunião popular acerca do abaixo-assinado sobre o custo de vida.

Iniciou-se às 14.45 horas, e a mesma tinha o intuito de angariar assinaturas dos presentes para um manifesto que seria dirigido ao Presidente da República, reivindicando o conteúdo do DOC (anexo). (...) enfim, houve certos comentários tais como: que o povo não podia mais ficar calado e que deveria tomar uma atitude e participar das decisões ali tomadas.¹⁵³

Por conseguinte, os dias que antecederam o grande ato do MCV foram marcados por proibições e desaprovações por parte das autoridades, como a ação do coronel Enio Viegas Monteiro de Lima, secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, ao declarar que tal manifestação não poderia ser realizada em praça pública.¹⁵⁴ Além disso, também houve uma negativa de interlocução por parte das autoridades estaduais e federais ao negarem a participação na entrega do abaixo-assinado e no diálogo com a população sobre as questões apresentadas pela organização.

Conforme já explanado no capítulo 1, o protesto ocorreu alheio a essas tentativas de cerceamento e representou um marco acerca da reocupação do espaço público por organizações populares no período do regime militar; durante os discursos dos representantes do MCV, esse caráter era evidenciado, conforme narra o jornal *Folha de São Paulo*: “A cada referência à proibição da realização da concentração na praça da Sé, a multidão irrompia em prolongados aplausos, gritando: ‘A praça é do povo’.”¹⁵⁵. Não obstante, este dia ficou marcado pela

¹⁵³ Dossiê DEOPS sobre “Movimento Contra a Carestia”. Arquivo Público do Estado de São Paulo. p.41.

¹⁵⁴ MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA: Fichas Remissivas. Arquivo Público do Estado de São Paulo. nº.4.

¹⁵⁵ *Jornal Folha de São Paulo*, ano 57, São Paulo, 28 de agosto de 1978. Disponível em Acervo Folha.

truculência policial utilizada para dispersar a população que ocupava a Praça da Sé pacificamente em protesto contra a carestia. Da maneira que enfatiza Monteiro: “Embora negassem a legitimidade do movimento enquanto interlocutor, ridicularizando-o em alguns momentos e relegando, ao segundo plano, iniciativas de diálogo; isto não impediu que agentes do Estado adotassem também uma postura repressiva em suas relações com o MCV.”¹⁵⁶

É possível conferir as cenas históricas do episódio por meio do documentário *A luta do Povo*, de 1980, dirigido por Renato Tapajós, que apresenta importantes testemunhos históricos das lutas sociais do final da década de 1970, e exibe imagens do protesto que marcou a cidade de São Paulo como o “Dia Nacional contra o Aumento do Custo de Vida”. Dessa forma, é possível constatar, por meio das cenas, a truculência que caracterizou a ação da Polícia Militar contra os manifestantes que se encontravam em frente à Catedral da Sé. Nesse ponto de vista, Ana Dias relembra os momentos desse dia em sua entrevista: “A Praça da Sé com cachorro, bomba, aqueles... Militares... Só sei que era aquele negócio infernal e ninguém podia ficar parado em nenhum lugar, eles ‘Agita, agita, agita’. Então todo mundo que tava na Praça ali tinha, né?”¹⁵⁷.

A ação policial no Dia Nacional contra o Aumento do Custo de Vida resultou na prisão de 11 manifestantes, devidamente fichados pelo setor de Análise, Operações e Informações do DOPS.¹⁵⁸ Além disso, houve relatos de um jovem que estava na Praça da Sé durante a manifestação e que foi gravemente ferido, chegando a perder parte da visão pelos efeitos das bombas de gás lacrimogênio, lançadas em direção à população, demonstrando assim toda a brutalidade da polícia contra o ato organizado pelo MCV. De acordo com o que noticiou o jornal *O Estado de São Paulo*:

De repente, como explicou, João percebeu que estava no meio de uma multidão que procurava fugir das bombas e da polícia, empurrado e pisoteado, uma bomba o atingiu quando estava caído no chão. Levado para o interior da catedral, recebeu os primeiros socorros e foi encaminhado ao Hospital das Clínicas (...).¹⁵⁹

¹⁵⁶ MONTEIRO, Thiago Nunes. “Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2015. P.180

¹⁵⁷ SILVA, Ana Maria do Carmo. Entrevista sobre a Catedral e a Praça da Sé no contexto da ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Karina Alves e Ana Paula Brito em 30/09/2014.p.9.

¹⁵⁸ Dossiê DEOPS sobre “Movimento Contra a Carestia”. Arquivo Público do Estado de SP. p.91-93.

¹⁵⁹ Jornal “O Estado de São Paulo”, 29 de agosto de 1978. Disponível em Acervo Estadão.

Diante desse contexto, podemos inferir como se expressavam as relações entre Estado, principalmente por meio dos órgãos repressivos, e o Movimento do Custo de Vida. Além do mais, as fontes documentais evidenciam como ações que são vistas como um normal exercício de cidadania no contexto democrático atual de nossa sociedade, tal como coletas de assinaturas para abaixo-assinados e panfletagens sobre a carestia, assumiam um caráter subversivo frente a um governo militar autoritário e antidemocrático. Por fim, as práticas políticas e sociais que surgiam das mazelas do cotidiano das famílias que compunham a organização ganhavam um novo tom, em concordância com o que reflete Telles sobre essas ações: “(...) armando o cenário reconhecível que fazia aparecer os trabalhadores como sujeitos de práticas, cujo sentido estava na possibilidade que estas sugeriam de uma revitalização da sociedade contra a institucionalidade vigente.”¹⁶⁰

Figura 07 – Fotos policiais das coletas públicas de assinaturas do MCV, 1978. Arquivo Público do Estado de São Paulo



¹⁶⁰ TELLES, Vera da Silva. Movimentos Sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Orgs.) Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p.62.

Figura 08 – Dossiê DEOPS sobre “Movimento Contra a Carestia”, documento de 1977. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
(Continuação da Informação nº 012/A-2/IV COMAR de 16 Jan 78)

4 - Segundo o panfleto, participam do Movimento os Diretórios Centrais de Estudantes (DCE), tanto da USP como da PUC; o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), representantes de bairros, a Frente Nacional do Trabalho (FNT) e o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA).

5 - Ainda segundo o panfleto, o "Movimento do Custo de Vida" está sendo apoiado pelo Arcebispo de SÃO PAULO, D. PAULO EVARISTO ARNS; pelo Bispo da Região Leste 2 de SÃO PAULO, D. ANGÉLICO SÂNDALO BERNARDINO (radical de esquerda); pelo Bispo da região Sul de SÃO PAULO/SP, D. MAURO MORELLI e pelo Bispo da Região Sudeste de SÃO PAULO/SP, D. ANTÔNIO CELSO QUEIROZ.

6 - Até o presente momento, não se dispõe de outros dados sobre a amplitude do movimento em questão. Todavia, se houver um apoio substancial das entidades e movimentos acima mencionados, bem como do Cardeal ARNS, impulsionador de setores esquerdistas e contestadores, admite-se que o "Movimento do Custo de Vida" venha a se constituir em mais uma frente de oposição ao Governo.

- fls 02 -

DOC 03

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
(Comar 2.ª Sede)

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DES-
TE DOCUMENTO (Art. 12 - Dec. nº
79.099/77 - Regulamento para Salvaguarda
de Assuntos Sigilosos).

CONFIDENCIAL

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Foi na década de setenta que tudo teve começo
Saímos de nossas casas em busca de endereços
Precisava pesquisar para a luta
Tudo aqui era ruim, sem luz, sem água, sem esgoto
sem creche, sem escola e sem posto
A carência era grande, filhos largados na rua ao
sol, a chuva e a lua...”*

Poema “Veteranas” de Odete Marques, militante do MCV¹⁶¹

Esta monografia se concentrou em analisar a formação e organização do Movimento do Custo de Vida durante a década de 1970, no Brasil, protagonizado por grupos de mulheres periféricas da cidade de São Paulo, que, por sua vez, mobilizou milhares de pessoas em torno de pautas ligadas à carestia e às políticas econômicas adotadas no período do regime militar instaurado no Brasil em 1964. O MCV surgiu ao ser capaz de suscitar discussões políticas na periferia mesmo em um contexto de retração das organizações populares por conta da Doutrina de Segurança Nacional que perseguiu e aniquilou diversas vozes de oposição do governo. Acreditamos que ao longo da pesquisa foram explorados os diversos gêneros de fontes para o nosso trabalho, sejam elas bibliográficas, documentais ou orais.

O conjunto deste processo de luta política não obteve nenhuma vitória concreta e direta sobre a questão do aumento do custo de vida da classe trabalhadora em São Paulo, pois era uma pauta que colocava em xeque a ordem econômica e social do regime militar e de difícil concretização em curto prazo, como salienta Diniz: “os resultados da luta não seriam concretos a curto prazo, mas deveriam provocar a conscientização e a mobilização dos trabalhadores.”¹⁶².

Á vista disso, é possível afirmar que esta articulação teve um papel primordial na retomada da participação da sociedade civil no campo em oposição às medidas do regime ditatorial, além de ter servido como referência e impulsionamento das lutas sociais

¹⁶¹ MARQUES, Odete. Poema “Veteranas”. Apud DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. O Protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo 1972-1988. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.

¹⁶² DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. O Protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo 1972-1988. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018. p.153.

subsequentes. Da maneira que reflete a filósofa Marilena Chauí no prefácio do livro de Eder Sader:

Que são as migalhas das pequenas vitórias das pequenas lutas? São a experiência que os excluídos adquirem de sua presença no campo social e político, de interesses e vontades, de direitos e práticas que vão formando uma história, pois seu conjunto lhes ‘dá a dignidade de um acontecimento histórico’.¹⁶³

Chegamos a resultados importantes com o término dessa pesquisa, dos quais podemos destacar: a contradição do período denominado como “Milagre Econômico Brasileiro” que fora um período de crescimento da economia brasileira, decorrente de um cenário externo favorável e que, ao mesmo tempo, manteve políticas de arrocho salarial e alta do custo de vida, ampliando a desigualdade econômica em nosso país; a grande participação das mulheres na organização do MCV e a sua importância nas atividades do movimento, protagonizando uma consolidação da participação feminina periférica nas lutas sociais a partir da década de 1970; e, por fim, o surgimento de uma nova configuração de classe política, baseada na atuação de movimentos sociais urbanos nas regiões periféricas da cidade de São Paulo.

É possível concluir com este projeto de conclusão de curso, a importância do Movimento do Custo de Vida para a História Social dos movimentos populares durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Por meio da análise de documentos, depoimentos e bibliografia a pesquisa foi realizada com êxito, possibilitando a reflexão sobre a participação do movimento no período compreendido, assim como a constituição das suas ações e principais sujeitos envolvidos. Bem como aponta o trecho da entrevista realizada com a freira Cecília Hansen, sobre a relevância do MCV para o cenário das lutas sociais durante a Ditadura:

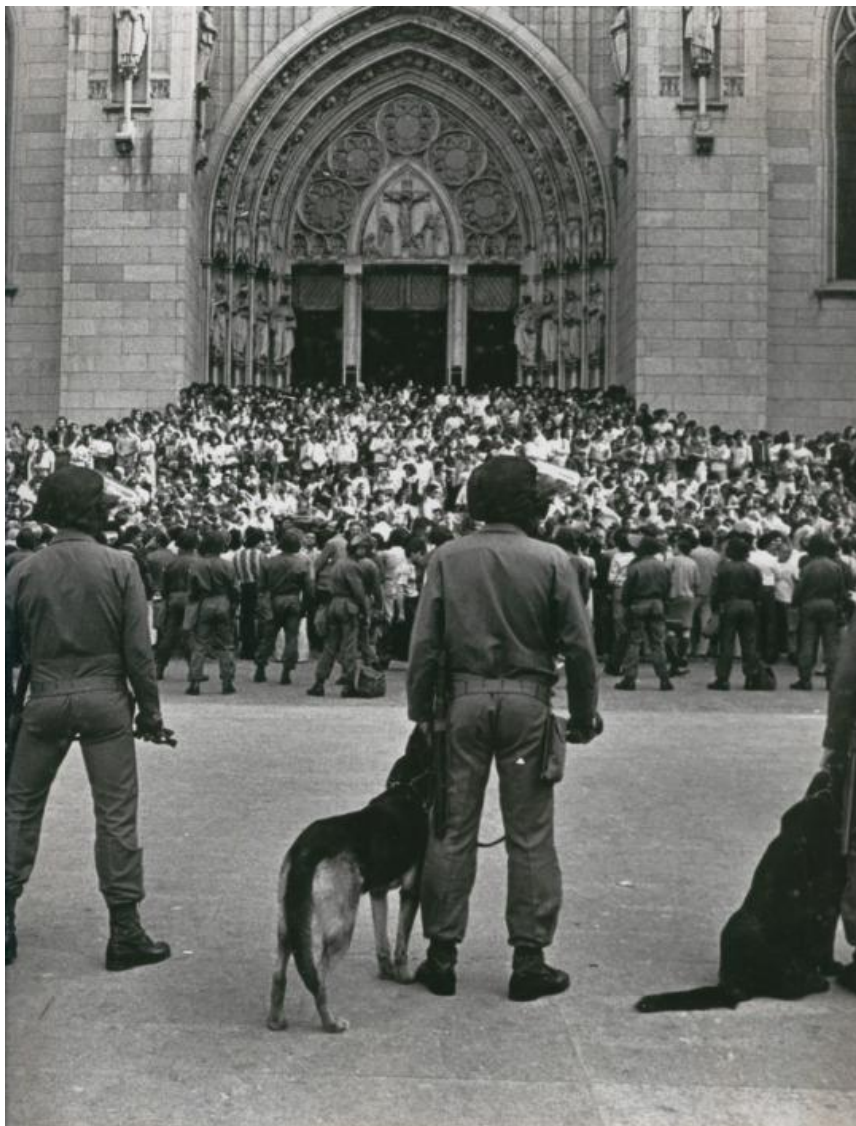
(...) eu acho que foi um movimento grande de conscientização e, sobretudo, para as mulheres, pois elas se engajaram na luta, faziam os abaixo-assinados, iam para as ruas recolher assinaturas e fazer pesquisas. Foi um salto de consciência muito grande, na própria vida, no próprio movimento, no caminhar da história foi algo muito positivo.¹⁶⁴

¹⁶³ CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.12.

¹⁶⁴ Cecília Hansen. Depoimento a Vinicius Faustino em 17 de maio de 2017.

Figura 09 – Ato do Movimento do Custo de Vida, 27 de ago. de 1978.

Créditos da Foto: Nair Benedicto



REFERÊNCIAS

Bibliografia

- AZEVEDO, Jô; DIAS, Luciana.; BENEDICTO, Nair. Santo Dias: quando o passado se transforma em história. São Paulo: Cortez, 2004.
- BETTO, Frei. O que é: Comunidade Eclesial de Base - Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- BLAY, Eva Alterman. A participação das mulheres na redemocratização in FLEISCHER, David (Org.). Da distensão à abertura: as eleições de 1982. Brasília: Editora UnB, 1988.
- DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. O Protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo 1972-1988. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.
- DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular- Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; Vol. 4).
- FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (org.). Revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.3)
- FICO, Carlos. Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FONTES, Paulo. Um Nordeste em São Paulo. Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista. (1945 – 66). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- FURTADO, Celso. O Brasil pós- milagre. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. A força da periferia – a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1985.
- HOBBSBAWN, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LAGO, Luiz Antonio Correa do. A retomada do crescimento e as distorções do milagre: 1967-1973. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889 – 1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- MARINELLI, Felipe. O pensamento de Antônio Delfim Netto e o milagre econômico brasileiro (1968-1973). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2017.
- MENEGUELLO, Raquel. PT: A formação de um Partido – 1979/1982. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- MONTEIRO, Thiago Nunes. “Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2015.
- NAPOLITANO, Marcos. Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo (1977/1984). Curitiba: Juruá, 2002.
- _____. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- NETO, Murilo Leal. A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”: um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. São Paulo: Dissertação (Doutorado) – FFLCH/ Universidade de São Paulo, 2006.
- PERRUSO, Marco Antonio. A temática dos movimentos sociais urbanos no Brasil dos anos 1970/80. Revista Mundos do Trabalho, vol. 4, n. 7, janeiro-junho de 2012.
- REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- _____. Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. História Oral, v. 16, n. 2, jul./dez. 2013.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil – PCdoB: Propostas teóricas e prática política – 1962-1976. Dissertação de mestrado, Campinas/SP, IFCH/UNICAMP, 2000.
- _____. A Luta Armada Contra a Ditadura Militar. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (Org.). Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina. 1ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SECCO, Lincoln. A história do PT. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.
- SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira. (Orgs.). São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1982.
- TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. Da guerrilha à Imprensa Feminista: A construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

TELLES, Vera da Silva. A Experiência do autoritarismo e práticas instituintes: os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Ciência Política), FFLCH / Universidade de São Paulo, 1984.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 vols, tradução de Denise Bottman.

Artigos

CORRÊA, Larissa Rosa. “O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo.”.in *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 33, out. 2008.

DINIZ, Carlos Alberto Nogueira. Gênero e a História Social das Mulheres: O Surgimento do Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo. V Simpósio Internacional em Educação Sexual, 2017.

PEREIRA, Joana Dias. O ciclo de agitação social global de 1917-1920, *Ler História* [Online], 66, 2014, pp.1-15;

PERRUSO, Marco Antonio. A temática dos movimentos sociais urbanos no Brasil dos anos 1970/80. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 7, janeiro-junho de 2012, p.32-56.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, 14, Fev/1997. Tradução: Maria Thereza Janine Ribeiro.

_____. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, 10, Fev/1997. Tradução: Maria Thereza Janine Ribeiro.

_____. O massacre de Civittella Val diChiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 1a edição 1996. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 103-130.

RESENDE, Pâmela de Almeida. “Visita ao Centro da Mentalidade Autoritária”: os registros do DEOPS/SP e a luta dos movimentos pela anistia no final da década de 1970. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 54, jun. 2012.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, v. 16, n. 2, p. 129-148, jul./dez. 2013

SALES, Jean Rodrigues Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007, p.346 – 347.

SCHENATO, Vilson Cesar. Economia moral e resistências cotidianas no campesinato: uma leitura a partir de E.P. Thompson e James Scott. I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. Natal: UFRN, 2010.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estud. hist. (Rio J.)* [online]. 2017, vol.30, n.61, pp.497-518.

Portais Online

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

JORNAL MOVIMENTO. Acervo Digital do Núcleo de Pesquisa em Ciência da Computação, PUC - RS. Disponível em:

<<http://eusoufamecos.uni5.net/nupecc/conteudo/acervodigital/movimento/>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Acervo Folha. São Paulo, (1921-). Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Acervo Estadão. São Paulo, (1875-). Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

Acervos Documentais

Centro de Documentação e Memória (CEDEM-UNESP)

Centro Pastoral Vergueiro (CPV)

Fundo DEOPS, localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Programa de Coleta Regular de Testemunhos, localizado no Memorial da Resistência de São Paulo

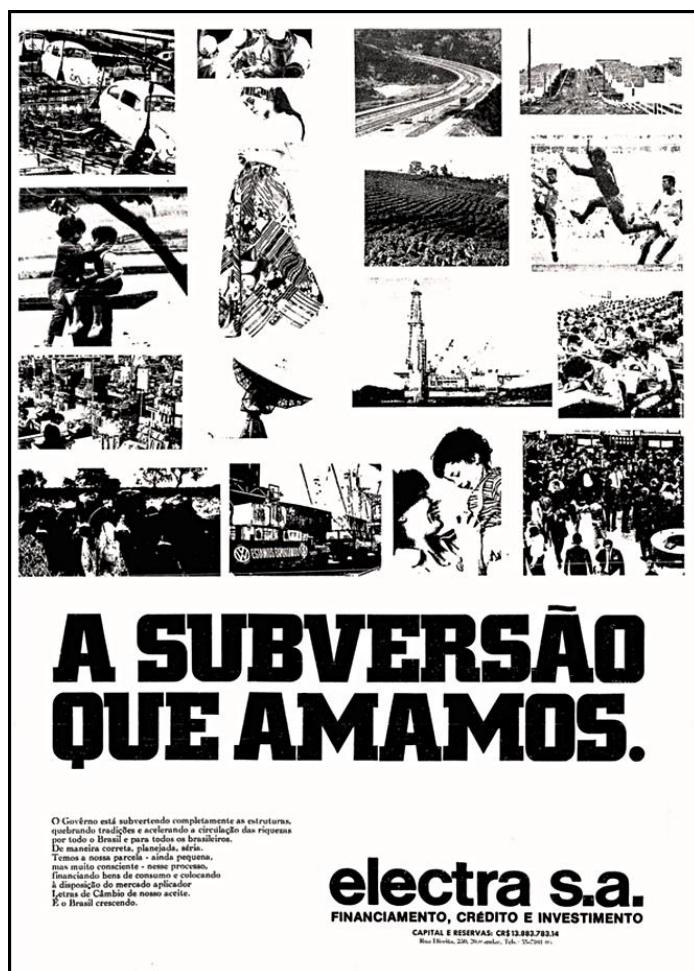
Audiovisual

A luta do povo (1980). 30'. São Paulo, produção: Associação Popular de Saúde da Zona Leste; direção: Renato Tapajós.

ANEXO 1 – PROPAGANDA DA SEMANA DA PÁTRIA, 1970.

Propaganda do governo Médici em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI) em comemoração à “Semana da Pátria”. Campanhas ufanistas com slogans “Ninguém mais segura este país” ou “Brasil, ame-o ou deixe-o” se tornaram comuns nesse período com o objetivo de reforçar os feitos do governo militar e deslegitimar qualquer tipo de oposição política.

ANEXO 2 – PROPAGANDA EXALTANDO OS FEITOS ECONÔMICOS DO REGIME, 1971.



Propaganda da “*electra s.a.*” ironizando os atos de subversão contra o regime e atribuindo ao governo de Médici os verdadeiros atos revolucionários, no sentido do desenvolvimento econômico e social que poderia ser visto no período, de acordo com o estado de bem-estar social da população e acesso aos bens de consumo. Texto da propaganda:

“A SUBVERSÃO QUE AMAMOS. O Governo está subvertendo completamente as estruturas, quebrando tradições e acelerando a circulação das riquezas por todo o Brasil e para todos os brasileiros. De maneira correta, planejada, séria. Temos a nossa parcela – ainda pequena, mas muito consciente – nesse processo, financiando bens de consumo e colocando à disposição do mercado aplicador. Letras de Câmbio de nosso aceite. É o Brasil crescendo.”

Propagandas retiradas da publicação online: HERNANDEZ, Oswaldo. *História dos anos 70*. Disponível em:

<http://memoriasoswaldohernandez.blogspot.com.br/2012/10/historia-dos-anos-70_27.html>.

Último acesso em 04 de jun. de 2018.

**ANEXO 3 – MATERIAL DO MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA APREENDIDO
PELA POLÍCIA SOBRE ABAIXO ASSINADO EM 1978. ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DE SÃO PAULO / FUNDO DEOPS.**

47

Doc 02

DE ANÁLISE OPERAÇÕES E MOVIMENTOS
DEOPS

**MOVIMENTO CUSTO DE VIDA
ABAIXO ASSINADO**

DE ANÁLISE OPERAÇÕES E MOVIMENTOS
DEOPS

A S.EXCIA. O SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA
AOS EXMOS: SENHORES MINISTROS
ÀS DEMAIS AUTORIDADES

Nós, abaixo-assinados, moradores da Grande São Paulo, resolvemos tomar juntos uma atitude diante das dificuldades que estamos passando.

Hoje em dia, o problema mais sentido por todos é a alta do custo de vida. Isso porque os salários e os pequenos rendimentos do povo sobem pela escada, enquanto o custo de vida está subindo pelo elevador. Com isso, cada vez mais o dinheiro acaba antes do fim do mês, embora todos trabalhem tanto quanto antes ou até mais.

Muitos não ganham o suficiente nem mesmo para uma boa alimentação e muitos em idade escolar são obrigados a trabalhar mais cedo, prejudicando os seus estudos.

Porém, o custo de vida não é apenas o preço da alimentação. É também tudo o que se gasta com problemas de moradia, condução, falta de escolas perto de casa, saúde, falta de água encanada e esgotos, e assim por diante. Além disso, todos nós, como seres humanos, temos direito à recreação, ao descanso, e a tudo que enriquece nossa vida e nossa cultura. E isso custa dinheiro.

Sabemos também que a grande maioria dos que trabalham na lavoura está em dificuldades porque as terras estão passando cada vez mais para as mãos de uns poucos, e o que nelas se planta, em grande parte, não se destina para a nossa alimentação e sim para a exportação, o que encarece ainda mais a nossa vida.

Porém, se essa situação que vivemos é injusta e nos tem prejudicado, existem uns poucos que estão lucrando com isso, e decidindo tudo. Somos nós que construímos o País e por isso temos o direito de melhorar de vida, de ter respeitadas nossas opiniões e de participar nas decisões sobre o que deve ser feito para resolver os problemas que estamos enfrentando. Se a situação chegou a esse ponto é porque nossos direitos não estão sendo respeitados.

O que estamos exigindo agora é parte deles

- congelamento dos preços de primeira necessidade
- aumento dos salários acima do aumento do custo de vida
- abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores

**ANEXO 4 – FICHAS REMISSIVAS SOBRE O MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA
RELATANDO MONITORIA ÀS ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO. ARQUIVO
PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO / FUNDO DEOPS.**

MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA

FICHA Nº 4

10/7/78 - Segundo mensagem desta data, do D.P.F. de Brasília, o Movimento do Custo de Vida, com apoio da Convergencia Socialista, estaria programando uma ação de agitação e propaganda, a ser desencadeada na madrugada do dia 12/7/78, consistindo basicamente em panfletar amplas areas da grande Sao Paulo, com cartazes e panfletos que conclamariam o povo a lutar contra o custo de vida e a carestia e a subscrever abaixo assinados na tentativa de obter um milhão de assinaturas até agosto de 1978, quando deverão ser encaminhados ao Presidente da Republica e Ministros. Alguns dos cartazes e panfletos estariam prontos e outros sendo confeccionados. Nos dias 14 e 15 vindouros equipes do Movimento

ANEXO 5 – CAPA DE JORNAL MOVIMENTO SOBRE O MCV, MARÇO DE 1978.
ACERVO DIGITAL DO NÚCLEO DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA
COMPUTAÇÃO, PUC - RS.



**ANEXO 6 – TRECHO DE PERIÓDICO DO MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA –
FERRAMENTA MUITO UTILIZADA EM FORMAÇÕES E DIÁLOGO COM
MORADORES DOS BAIRROS EM QUE ATUARAM. CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO (CPV).**



**ANEXO 7 – CONVOCAÇÃO DO MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA PARA
ASSINATURA DO ABAIXO ASSINADO EM 1978. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
E PESQUISA VERGUEIRO (CPV).**

ABAIXO-ASSINADO

Agora estamos começando um grande Abaixo-Assinado, endereçado ao Presidente da República e aos Ministros, responsáveis pela atual situação do povo. Para isso, é importante nos reunirmos em grupos, discutir a questão do Custo de Vida, e ver a melhor forma de conseguir que muita gente assine.

Se você está sentindo o problema do Custo de Vida, comece a se reunir e formar grupos com os vizinhos, colegas, parentes, para que o nosso movimento seja grande e possa gritar bem alto e forte como nós estamos vivendo e como nós que-

remos viver.

Isto é o que conseguimos fazer até aqui. Foi pouco para resolver esse problema de tão difícil solução.

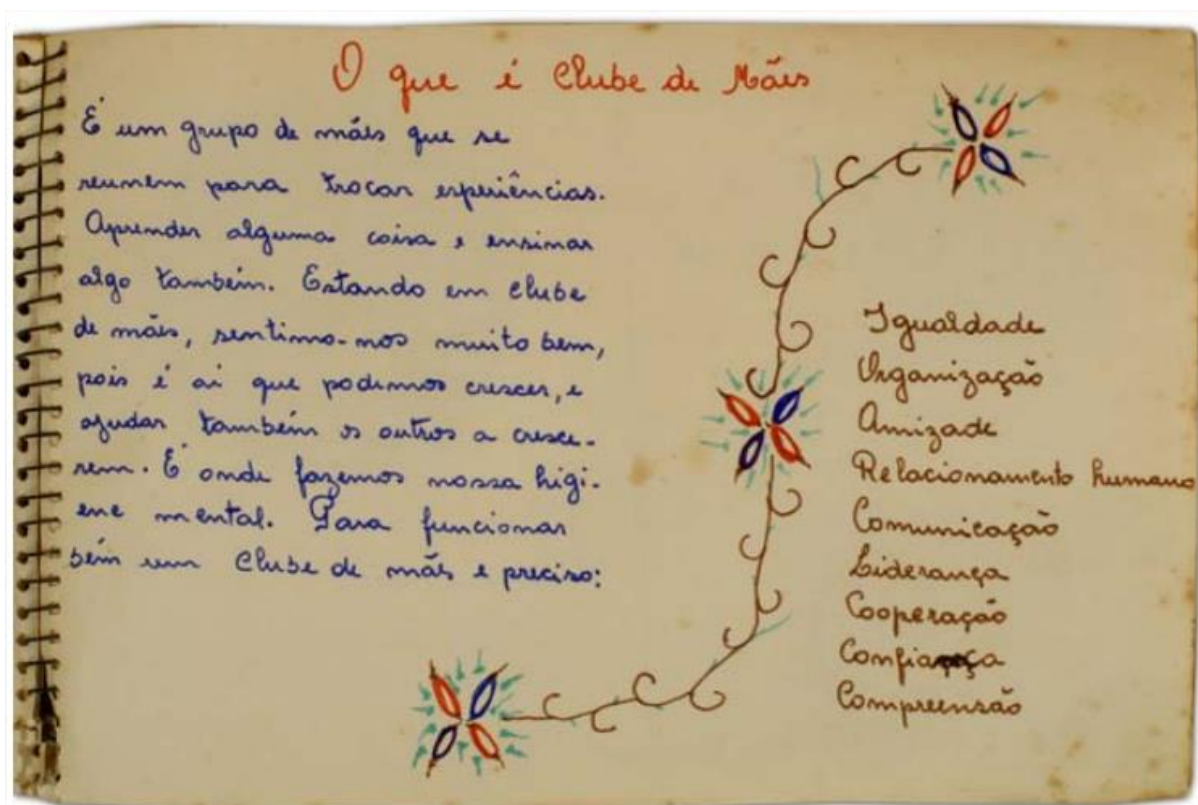


C O N V I T E

No dia 05 de março vai ser lançado o Abaixo-Assinado na nossa Região. Venha participar e traga seus amigos, vizinhos e parentes.

LOCAL: Paróquia Santa Ângela (Vila Moraes)
HORÁRIO: A partir das 15:00 hs.

**ANEXO 8 – MATERIAL UTILIZADO PELAS MULHERES EM FORMAÇÕES DO
CLUBE DE MÃES. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP
(CEDEM) / FUNDO CLUBE DE MÃES DA ZONA SUL.**



ANEXO 9 – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP (CEDEM) / FUNDO MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA.



ANEXO 10 – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA COM CECÍLIA HANSEN

São Paulo, maio de 2017.

Quando nós chegamos na Vila Remo, lá era um lugar muito abandonado, sem asfalto, água encanada, luz nas ruas, ônibus tinha apenas um... Nós íamos aos bairros a pé, tinha a casa paroquial antiga, tínhamos uma pequena sala para nos reunirmos. Eu cheguei ao Brasil em 1969, e na Vila Remo eu comecei em 16 de abril de 1972. Estavam presentes: Dom Paulo Evaristo Arns, Monsenhor Ângelo (Vigário Episcopal da Região Sul), Ir. Margaretha (Coordenadora Provincial das Irmãs SSps), Pe. Luís Giuliani (Pároco de V.R.), Pe. Egídio e o povo das Comunidades de Vila Remo.

O Padre Luis já estava lá desde janeiro, também tinha o padre Egídio que depois foi embora. O Padre Luís já tinha experiência do Sul, das comunidades eclesiais de base, já sabia da perseguição, ... já possuía experiência e conhecimento da política daquela época.

Eu cheguei, era muito inocente, eu queria trabalhar, queria ser missionária, ajudar os pobres, mas não tinha muito conhecimento da conjuntura daquele período. Eu era bem mais nova. Então, eu comecei participar, achei uma metodologia muita boa, participando, você aprende.

Pedi para fazer primeiro uma experiência, pois ainda não sabia se ia conseguir ficar. E fiquei, fiquei na comunidade por 17 anos.

Minha experiência na Vila Remo, foi logo depois do Concílio do Vaticano II, e diziam que a Igreja precisava mudar, abrir as janelas para entrar um novo ar. E a Região Sul, naquela época era muito ampla – Campo Limpo, Interlagos, M'boi mirim, Itapecerica, Ipiranga... – pegou muito bem as ideias do Concílio. Assim, começamos com a formação, era um grupo que se encontrava toda sexta-feira, eu participava ainda sem saber muito bem das coisas. Vim de um mundo diferente e cá ali e tinha muita vontade para trabalhar. Começamos uma coisa nova da Igreja, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Usava-se nas CEBs uma metodologia circular, não uma pirâmide que possuía lá em cima o bispo, depois o padre... e o povo lá embaixo aceitando o que falavam. O Concílio mudou esse conceito, agora a Igreja era Povo de Deus, somos toda igreja, era uma igreja firme com o pé na realidade... e começamos com as CEBs, lá todos tinham vez, nós tínhamos nosso papel, mas cada um/uma que estava nesse círculo também possuíam seu papel. Eu lembro que nós íamos celebrar nos bairros, pois eles chamavam o padre para isso, mas nós também conseguíamos conversar sobre o que gostaríamos de ter no nosso bairro, aí o povo falava e assim foi que começaram os movimentos... por exemplo, em cada comunidade tinha um clube de mulheres, as vezes também já tinha um grupo que lutava para formação na comunidade. Foram vários tipos de grupos no início dessas comunidades, possuíam várias maneiras de começar.

Aí começamos a nos organizar por trabalho, eu estive mais ligada com o clube de mulheres e também com a catequese e CEBs. Era uma coisa integrada, fazíamos diversas parcerias entre esses grupos. Nós éramos integradas, a comunidade era muito forte, não fazíamos sozinhas as coisas, era o que o grupo decidia que fazíamos, o que a maioria queria, já era uma experiência de democracia, mesmo sem falar essa palavra. Não falávamos democracia, cidadania, feminismo, mas a gente lutava nesse sentido.

Todos os trabalhos que nós tínhamos possuíam o mesmo objetivo, nós queríamos outro mundo, onde todos tivessem participação, onde todos fossem felizes, onde as pessoas tivessem vez e voz, que fossem protagonistas da sua história. Era assim em tudo, seja na catequese, seja no movimento do custo de vida, seja no movimento de moradia dos lotes clandestinos, que

naquela época era forte também, onde as pessoas estavam ocupando terras para construir suas casas. Então... essas eram as origens.

No grupo de mulheres, que naquela época chamava clube de mães, mas que depois vimos que se caracteriza mais como grupo de mulheres, pois clube a gente pensa que é algo para se divertir, mas não era isso... Naquela época, a maioria das mulheres ficava em casa, cuidando da casa, das crianças, dos deveres domésticos e dos maridos, e não saíam de casa.

O que nós fazíamos... nós íamos de casa em casa convidando as mulheres para participar do grupo, eu me lembro de um exemplo... era uma mulher que tinha oito filhos, morava em um barraco de madeira e, certa vez, com uma chuva que deu o barraco desmoronou, aí alguns de nós ajudaram, ela e o marido à construir outro barraco e depois uma casinha, sempre convidávamos ela para participar do grupo, mas ela nunca ia, falava que não tinha sapatos, falávamos que não tinha problema de ir de chinelo, mas era uma desculpa para não ir. Só que teve um dia que o tema do encontro interessou a, aí ela foi e nunca mais saiu das reuniões, se engajou no Movimento do Custo de Vida, ela começou a estudar, conseguimos depois que ela trabalhasse em uma creche pública do bairro onde ela morava. Aí depois de um tempo já trabalhando na creche, ela conseguiu terminar todos os estudos, e ainda fez no Jardim Ângela uma faculdade de educação. Hoje ela já tem mais de 70... ela lê muito, ela participa de reuniões, ela vai ver filme e, tudo isso, foi aquela mulher que não queria sair de 4 paredes. Muitas mulheres também tiveram essa trajetória depois do movimento. E isso nós víamos muito... o crescimento de cada pessoa.

O MCV (Movimento do Custo de Vida) foi dentro dessa conjuntura, dessa carência toda, a partir das discussões do grupo de mulheres. Fazíamos uma hora de oficinas de artesanatos, etc... e outra hora de conversa sobre o cotidiano, nos preparávamos durante a semana para esse tipo de formação. E as mulheres iam falando de tudo, da família, das dificuldades financeiras, das doenças, da falta de comida para pôr na panela. O que fazíamos... conversávamos sobre como amenizar essa situação, mas a situação era difícil, muita gente carente vinda do Nordeste, de Minas, e outros...

O movimento começou, a partir do Clube de Mães de Nakamura (uma Comunidade pertencente a Paróquia de V.R.), levantamos o problema da alta do custo de vida... em uma dessas comunidades que fazíamos trabalhos.

Naquela época nossa organização era assim... cada grupo de mulheres escolhiam representantes que se encontravam uma vez por mês para discutir sugestões trazidas de cada local e levavam de volta para continuar a discussão, sempre incluíamos todas na discussão. Aí que começou o MCV. Depois fizemos uma carta, aí discutimos nos grupos, e quando todos concordaram, começamos a trabalhar em cima da divulgação dessa carta, ela foi publicada nos jornais, fecharam a Rádio Nove de Julho depois que D. Paulo Arns tinha lido essa carta.

Começamos a fazer pesquisa e formação, estudamos no grupo de mulheres diversas assuntos atuais, estudamos todo o livro de Domília das Minas de Bolívia (nota - história) que possuía uma história muito inspiradora para nós mulheres do movimento, era uma história de luta e esperança. Era uma mulher muito forte.

E nós aqui da periferia também éramos assim... quando a gente estava no grupo, as mulheres tinham muito medo dos maridos, eles as oprimiam muito, tinha gente que levava os filhos para as reuniões e tinha que dar algo para o filho para não contarem aos pais que elas estavam nas reuniões. Tem até uma história que eu me lembro bem... era uma mulher do bairro que atuava conosco nos grupos, e teve uma vez que tinha uma reunião do movimento marcada

no centro, aí ela foi com o marido... durante o caminho o marido falou para ela não falar, pois ela não sabia falar, aí quando ela chegou na reunião já foi logo pegando o microfone e falou...

Mas em casa tinha muita briga, dentro do movimento discutíamos muito isso. O que as mulheres traziam de problema nós conversávamos: era sobre educação, eram brigas, tinha gente que apanhava do marido todos os dias. Existia naquela época muita dependência financeira, as mulheres não conseguiam sobreviver sem a renda do marido, e ainda mais, quando se separavam... as crianças eram responsabilidades apenas das mulheres. Mas isso agora está mudando, né?

Tudo isso era trazido para discutir dentro do movimento. As doenças, a educação... quem acompanhava a educação e a saúde dos filhos eram as mulheres, toda a carga estava em cima delas. Sendo assim, elas não tinham muito tempo. Mas quando começaram a conhecer outras coisas do mundo a partir do movimento, elas chegaram até separar se dos maridos, elas escolheram a luta e falavam que não iam mais aceitar apanhar ou sofrer com o marido. Fazíamos muita formação sobre isso, o papel da mulher na sociedade e na igreja, na luta do movimento. Até hoje somos mais de 50% da população e como não colaboramos com nada? Nós temos um papel importante... era o começo do que chamamos hoje de feminismo. Nós temos um papel na sociedade...

E o que mais sentíamos era que as mulheres não se valorizavam. Essa auto-estima estava totalmente abafada, mas com o MCV... elas saíam de casa, saíam um pouco das quatro paredes, elas começaram a se valorizar, a fazer coisas, a achar importantes coisas para além da rotina doméstica, e isso foi muito importante. Criou uma grande consciência. Foi um ponto muito positivo do nosso trabalho. E até hoje elas estão engajadas em lutas... só que a idade, às vezes, limita nossa atuação. Elas, naquela época, lutavam contra todos para poderem ir pra luta, poucas famílias apoiavam essas mulheres.

Repressão:

No ato de 27 de Agosto de 1978 eu não estava aqui, estava na Europa, era aniversário da minha mãe, mas conversei com o pessoal, vi que foi um ato muito grande, expressivo, né. Que foi reprimido, o Dom Paulo abriu a Catedral... ele foi um homem que ajudou muito a gente naquela época. Ele era sempre positivo, nos apoiou muito, foi na Vila Remo, ele apoiava o povo pobre. E, naquela época, a Igreja tinha poder. Ele era um homem de esperança.

Então... nós sempre éramos vigilantes, os papéis do movimento sempre escondíamos, todos os documentos. A gente tinha medo de alguém descobrir. E não era só do MCV, era de todos os grupos. E olha que nós tínhamos muita proteção pela Igreja, da Operação Periferia que Dom Paulo fundou, éramos muito forte. A gente se protegia atrás da força que a Igreja tinha.

Eu lembro de um dia... nós tínhamos várias papeladas em casa, do movimento... e nós morávamos em uma casa alugada no bairro, o padre estava viajando, atrás da casa tinha uma construção do mesmo dono, nós entrávamos sempre por trás da casa, pela cozinha, só que teve um dia que cheguei em casa depois de um encontro do movimento e percebi que tinham entrado em casa, aí o pessoal veio ver... só que teve uma mulher que chamou a polícia, aí fiquei super nervosa, tinha toda a papelada do movimento em casa, tive que esconder todos os papéis muito rápido, na hora fiquei travada de susto por conta disso, pensando que se a polícia achasse tudo aquilo podia nos prender, eram papéis do nosso movimento, da nossa organização. Aí... depois a polícia foi embora, sem ter dado muita importância. Aí dá pra perceber o medo que a gente tinha naquela época.

Depois disso, toda a noite o padre vinha fazer uma ronda no bairro, pois a gente estava começando a sentir muito medo. Nas reuniões nós sempre tomávamos muito cuidados, principalmente com a identificação. Foi assim que a gente se organizava.

No dia da morte do Santo Dias eu fui presa... nós tínhamos ido de manhã cedinho para a porta da fábrica Caloi, fomos panfletar o material do sindicato na fábrica. Eu estava vestida com uma roupa comum e um documento e um dinheirinho no bolso. Tinha só tomado um cafézinho antes da panfletagem. Quando chegamos lá na Caloi tinha muita gente. Encontrei com gente nossa já preso no carro da polícia. Quando estava no meio das pessoas com os papéis do sindicato, com muita gente em volta, também tinha um policial que eu não vi. De repente... ele me pegou com os papéis, me levou para o carro da polícia e perguntou sobre do que se tratava o material, eu expliquei que era da assembleia oficial dos trabalhadores e ele não quis nem saber... mandou eu entrar no carro da polícia. Fiquei lá presa. Aí quando chegou o Aurélio, que já era deputado nessa época, ele me viu no carro e ficou bastante surpreso. Então pedi para eles um lanche, porque sabia que precisava ter a cabeça boa para o interrogatório. Mas antes deles chegarem com a comida, o carro da polícia foi embora... fomos para outra fábrica, a MWM... e eu estava com fome. O policial que ficou comigo me ofereceu uma maçã e eu aceitei. Eu pensei que era melhor comer, pois precisava ficar com a cabeça boa. O policial estava reclamando no carro que o horário dele tinha passado, ele queria ir embora... até perguntei pra ele porque eles não faziam greve, ele logo me respondeu que greve era xadrez na certa...

Depois de um tempo na fábrica, precisava ir ao banheiro e pedi para os policiais. Logo vieram dois policiais para me buscar no carro, eu dei risada, aquilo era ridículo. Não consegui ficar séria, falava que não sabia por que estava lá. Aí me levaram até certo ponto e depois chegaram mulheres policiais para me levar ao banheiro. Eu achei aquilo tudo ridículo. Eu até brinquei com isso, hoje eu penso que foi um perigo.

Depois fomos para a delegacia de Santo Amaro e trocamos de carro. Aí fomos para o DEOPS no centro da cidade. O padre Luis já estava lá dentro. E chegaram com a irmã Holley e dois seminaristas presos lá na Zona Leste. Eu fiquei sozinha em uma sala. Tinha um tal de Raul, que era delegado. Ele fazia cada pergunta, pra mexer com o psicológico. Mas eu realmente não sabia de nada, ele ficou até com raiva que não conseguiu tirar nada... Eu na minha inocência, perguntei se não tinha um lugar pra comprar uma comida... aí ele falou: você quer comer então? Eu disse que sim... estava sem comer nada o dia todo e já era 12h00. Aí ele me levou para uma sala com a Holley e os outros dois seminaristas, quando veio a comida... era um arroz estragado. Eu pensei que um dia eu aguentava sem comer, mas não iria comer isso. Aí jogamos tudo debaixo de um sofá velho que tinha na sala. Não sei o que aconteceu com a Holley, mas depois ela passou muito mal.

Quando deu 14h, eu comecei a ser tratada diferente, recebi até água gelada, e depois fiquei sabendo que o padre Luís G. tinha ligado para o consulado belga e o cônsul ligou para o DEOPS e pediu para me tratarem bem. Depois fui agradecer ao Consul pela sua intervenção... me perguntou o que eu estava fazendo, falei que não tinha feito nada, falei que estava só em uma atividade pela paróquia e era verdade. Nesse dia Santo Dias foi assassinado. Mas eu não sabia de nada até sermos soltos no final da tarde. Um grupinho de irmãs e leigas vieram nos buscar. Quando estávamos saindo... os policiais falaram que não era para a gente conversar dentro da delegacia. Eles não queriam que soubéssemos que o Santo tinha falecido. Aí quando saí... estava com muita fome e fui em uma lanchonete tomar um café, foi aí que me contaram que o Santo tinha sido assassinado. Eu já estava pré-sentindo. Logo de manhã eles já estavam atrás dele. Aí a gente foi no IML lá nas Clínicas que iam liberar o corpo do Santo. Depois levaram ele para a

Consolação, fiquei até o final da noite no velório dele. Depois fui para casa, pois estava muita cansada. Naquela noite, ainda sonhei com aquele delegado Raul que entrou um pouco na minha cabeça. Tive que dormir em um colchão no chão no quarto de outra irmã. Ele conseguiu penetrar um pouco na minha mente, sabe?

Eu só não fui torturada, pois eles acharam que eu realmente não sabia de nada... eles me fizeram todas as perguntas sobre o comunismo, várias coisas que eu não sabia. Eu sabia que existiram 12 apóstolos, 1 Jesus... isso eu sabia. Eu era muito inocente naquela época. E também foi o dia que Santo foi assassinado. Muita gente foi pra lá... soltaram todos que estavam detidos. Eu acho que foi um acontecimento que chocou São Paulo. Eu fui ao enterro do Santo. Foi algo que marcou muito e todo mundo.

Éramos muito corajosos, apesar de todo o medo que tínhamos. E nunca ninguém denunciou ninguém em nosso grupo. Naquela época, não tínhamos telefones como hoje. Só tinha um telefone na paróquia. Mas a nossa comunicação era excelente. No MCV fazíamos reuniões por bairros, então as lideranças de bairro chamavam todos do quarteirão para as reuniões que aconteciam nas casas das pessoas. E isso era muito bom, porque criava uma amizade, o pessoal ouvia mais do que lia algo escrito, criava um vínculo maior. Sobretudo, para pessoas que não eram valorizadas. Nós fazíamos isso, também fazíamos muitas reflexões: perguntávamos-nos porque vivíamos daquele jeito? Com o custo de vida tão alto? Sem saúde ou transporte? Então... essas perguntas eram parte das nossas reflexões. Também convidávamos pessoas que ajudavam a gente na formação, colocando questões da política da época, sobre as desigualdades de classe, etc. E, naquela época, a censura era muito grande, só de falar era perigoso ser preso. Nós tínhamos muitos contatos que ajudavam nessa formação... de como mudar o país. E tinha um pessoal que fazia parte do movimento que também ajudava nessa formação.

Por exemplo, no grupo de mulheres... acho que lá que começou o racha que depois também teve no MCV, teve uma reunião das mulheres na Vila Remo que estavam membros da comunidade e também membros que faziam parte do PCdoB, e já nessa época eles se manifestavam mais. A grande diferença era a compreensão de metodologia... nós das comunidades tínhamos uma proposta que não decidíamos pelo grupo todo, se nós tínhamos uma proposta na coordenação dos grupos, as representantes levavam para as reuniões das comunidades para discutir e só depois voltava para a coordenação e aí decidíamos. Claro que isso é um processo bem mais longo, mas só aí que você conscientizava todas... nisso eu tenho plena convicção.

E naquele dia da reunião... o grupo de mulheres que era do PCdoB chegou dizendo que tínhamos que derrubar tal político e precisar fazer tais coisas, ou seja, ela já tinha decidido tudo sem consultar as outras pessoas, sem um processo de conscientização... e ainda tinha a questão de fazer coisas que podiam levar à repressão. Mas aí as mulheres que já tinham consciência do processo começaram a se impor e disseram que não iam fazer aquelas coisas daquele jeito. Não iam derrubar tal pessoa sem saber os motivos e tudo mais... aí começou o racha... naquele dia eu nem falei nada, as mulheres da comunidade já estavam impondo bastante as ideias coletivas.

No Custo de Vida o processo foi parecido, eu sempre participava de todas as reuniões, seja da coordenação, dos bairros, fazíamos diversos eventos e abaixo-assinados, passávamos de casa em casa... e fazíamos tudo isso a pé, não tínhamos carro naquela época... aí tinha esse grupo, sobretudo, do PCdoB que sempre participou do MCV, mas não estava com uma influência tão alta porque de certa maneira era perigoso, mas quando começou a abertura da Ditadura, eles começaram a ganhar mais relevância e com uma metodologia diferente, por exemplo... muitos deles tinham carro, eram classe média, a maioria não era da região e aí eles começaram a marcar reuniões do movimento à noite no centro da cidade. Aí você imagina...

nós da periferia sair à noite, a violência já estava começando, alguns bairros não tinham iluminação, muitos maridos também não deixavam as mulheres saírem de casa à noite. Então, poucos de nós íamos para essas reuniões... aí sempre perdíamos as votações nas reuniões. A proposta era sempre decidida lá, não tinha a metodologia de trazer para os bairros, discutir e depois votar lá. Assim, o movimento foi devagarzinho escapando das mãos da gente. Foi aos poucos, não teve um racha de vez.

Eu lembro que em uma das últimas reuniões que nós fomos, falamos que não iríamos segurar mais... e assim foi... mas não durou muito com o PCdoB. O partido tinha um jeito de trabalhar que não tinha adesão das massas, nunca conseguiu muita gente... eles diziam "nós temos que gritar e o povo correr atrás", mas não era assim. Isso não leva a uma consciência, e nós não fazíamos isso... o grupo da gente daquela época continuou na luta e na amizade até os dias atuais.

Nós trabalhávamos com um processo mais lento, mas que as próprias pessoas tinham a história na mão, elas eram protagonistas de sua própria história, não era ninguém que dizia o que tinha que fazer. Claro que havia discussões coletivas, mas era preciso que todos tivessem consciência do movimento... se uma pessoa podia apanhar na luta, precisava saber disso, ou ficaria com raiva a vida toda. Se a gente conscientiza e vê os meios certos... a luta continua até o fim da vida. Entre no sangue da gente.

Assim que aconteceu o fim do movimento, algo lento, não foi uma ruptura bruta. Essas pessoas colocaram toda esperança no partido, porque era algo novo... acho que a gente tem que aprender com isso. Isso tudo aconteceu a partir do final de 1978 e foi aos poucos diminuindo nossa participação, a troca do nome para "Movimento Contra a Carestia" foram eles que fizeram. Eles tinham muito mais força do que nós, eles tinham imprensa, dinheiro para impressões, eles tinham o aparelho do partido.

Teve muita gente que fez parte do MCV. Por exemplo, tinha um grupo de estudantes que formou um grupo de teatro no movimento, tinha até um canto que me lembro de um trecho: "A comida do povo é arroz com ovo". Eles apresentavam em feiras livres, na paróquia, nos bairros e nas reuniões. Era muito bom, as pessoas do bairro participaram bastante. Era todo um conteúdo para transformar a sociedade. Por exemplo, teve um dia que fomos à feira para fazer propaganda do MCV e do aumento do custo de vida, foi muito legal. Tinha várias atividades do tipo.

Como considerações finais sobre o MCV, foi um movimento grande de conscientização e, sobretudo, para as mulheres, pois elas se engajaram na luta, faziam os abaixo-assinados, iam para as ruas recolher assinaturas e fazer pesquisas. Foi um salto de consciência muito grande, na própria vida, no próprio movimento, no caminhar da história foi algo muito positivo. De todo o trabalho que fizemos, eu não me arrependo de nada... A gente fez com a consciência e a visão que nós tínhamos na época com muito entusiasmo e esperança. O MCV era o movimento mais forte daquela época, que se espalhou por vários lugares do Brasil, nossos militantes viajaram muito contando as nossas experiências do movimento. Eu lembro que já cuidei de crianças quando as mães viajavam para falar sobre o MCV. Eu acho que foi um salto grande, todo o trabalho colaborou, mas nem é sempre como a gente imagina... tem decepções,... Mas eu considero que teve muita mais coisas positivas, a consciência que se criou, o engajamento das pessoas fazendo diversos trabalhos para melhorias aqui e ali... Eu fico muito feliz com a trajetória dentro do movimento. Foi muito positivo para mim também. Vejo que muita coisa mudou desde que cheguei ao Brasil até os dias atuais. O pessoal era tão submisso, faltava confiança, mas hoje é muito diferente... as mulheres que passaram pelo movimento são

totalmente diferentes: mais conscientes do seu papel, se valorizam mais, mais independentes, estudaram, entraram no mercado, etc...

Eu, pessoalmente, fico muito feliz quando vejo jovens hoje retomando essa história. E, além do mais, continuando essa história de luta... não é a mesma, mas pode iluminar a nossa história de hoje. Eu fico muito feliz quando vejo o engajamento de jovens para a construção de um mundo com mais igualdade, mais justiça para todos/as, mais humano... “Felizes aqueles/as que perpassam a vida tendo mil razões para viver.”